

GLOSSÁRIO

DE CULTURA

3

BRASÍLIA
2007

GLOSSÁRIO DE CULTURA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Presidente: Armando de Queiroz Monteiro Neto

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Conselho Nacional

Presidente: Jair Meneguelli

SESI – Departamento Nacional

Diretor: Armando de Queiroz Monteiro Neto

Diretor-Superintendente: Antonio Carlos Brito Maciel

Diretor de Operações: Carlos Henrique Ramos Fonseca



Confederação Nacional da Indústria
Serviço Social da Indústria
Departamento Nacional

GLOSSÁRIO

DE CULTURA



BRASÍLIA
2007



© 2007. **SESI – Departamento Nacional.**

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SESI/DN

Unidade de Cultura, Esporte e Lazer – UCEL

FICHA CATALOGRÁFICA

S491g

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

Glossário de Cultura / Rodolfo Cascão...[et. al.], Eustáquia Salvadora de Sousa e Cláudia Martins Ramalho (coords.) – / SESI. DN. Brasília : SESI/DN,2007.

71p. : il

ISBN 978-85-7710-049-1

I. Noronha, Vânia 2. Ribeiro, Carla Andréa 3. Pinto, Leila Mirtes Santos de Magalhães I. Título

CDU 008 (038)

SESI

Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional

Sede

Setor Bancário Norte – Quadra I – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen – 70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9290

Fax: (61) 3317-9316

<http://www.sesi.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INICIANDO NOSSA INTERLOCUÇÃO	9
A CULTURA COMO UMA ÁREA DE GESTÃO	9
INICIANDO NOSSAS CONVERSAS SOBRE CULTURA	11
POR QUE UM GLOSSÁRIO SOBRE CULTURA?	18
2 CONSTRUINDO E AMPLIANDO SABERES	21
REFERÊNCIAS	67



A

pena quando está no pássaro é natureza, quando está na cabeça do índio é cultura. Tudo que é humano é cultural! Cultura é o fazer, o sentir, o pensar, o sonhar, o brincar. Portanto, a educação, o lazer, as

práticas de saúde são dimensões da cultura.

Mas, a cultura é diferente de lugar para lugar, de época para época, de povo para povo.

Se a Inglaterra é o berço da indústria, dizem que o Brasil é o “país da cultura”. O saudoso Betinho afirmou que o Brasil não muda pela sua economia, sua política, nem mesmo pela ciência; mas, sim, pela sua cultura. A promoção cultural assume, nessa perspectiva, um lugar privilegiado nas possibilidades de mudanças em nosso país.

O SESI, comprometido com sua “Agenda Integrada de Promoção Social”, criou uma área de gestão nacional da Cultura, organizada com a participação

de todos os Departamentos Regionais. Como primeiro passo nesse sentido, foram elaboradas as diretrizes de ação política para a cultura no SESI, especialmente considerada como promoção do campo do lazer da entidade e articulada às ações sociais, que têm como foco a qualidade de vida dos trabalhadores, o fortalecimento da indústria brasileira e o crescente reconhecimento da responsabilidade social do Sistema e das empresas industriais do País.

Esses desafios têm requerido nossa reflexão e posicionamento diante da diversidade de pessoas, de modos de vida, de práticas culturais e de dilemas enfrentados pelos trabalhadores das indústrias, suas famílias, comunidades e empresas industriais. Desafios, sobretudo, vividos no sentido da promoção do lazer como campo de inclusão cultural, a que todos têm direito como cidadãos.

Com esse objetivo, de início, temos ficado atentos às discussões sobre temas, expressões e palavras destacados no diagnóstico inicial que realizamos com os Departamentos Regionais, com vistas a mapear experiências vividas, potencialidades e limites de ação que possam se constituir no desafio inicial posto às “Diretrizes de Cultura do SESI”. Buscas que nos mobilizaram para a organização deste Caderno, que convidamos você a partilhar conosco, na esperança de que essa interação possa contribuir para a construção e a reconstrução de práticas culturais, qualificando-nos melhor ainda para ações socioeducativas compatíveis com o alcance da missão e das metas de nossa entidade.

Antonio Carlos Brito Maciel
Diretor-Superintendente do SESI/DN

1

INICIANDO NOSSA INTERLOCUÇÃO

A CULTURA COMO UMA ÁREA DE GESTÃO

Cláudia Martins Ramalho

INTRODUÇÃO

O

estabelecimento da cultura como objeto de ação e gestão do SESI demanda a construção das bases para a articulação e o intercâmbio intra e interinstitucional na área cultural, bem como a criação de uma plataforma para ação coletiva que pro-

mova uma cultura:

- de parcerias internas, incluindo trabalho permanente na construção de capital coletivo, com uma apropriação mais ampla dos resultados;
- de planejamento, com fomento de estratégias de longo prazo para o desenvolvimento cultural, econômico e social;

- de otimização, com aplicação de recursos compartilhados, visando obter mais resultados com menor investimento financeiro;
- de estética, investindo na qualidade artística, na pesquisa de linguagens, na contemporaneidade e nas tradições, evidenciando e promovendo a diversidade cultural.

Além do comprometimento institucional e da relação da Cultura com o campo do Lazer, cabe destacar que as principais demandas para a consolidação da área de Cultura no SESI são frutos das demandas dos Departamentos Regionais, que apontam as necessidades de qualificação, de fortalecimento da área, de visibilidade das ações e de adoção de modelo de gestão compatível com a diversidade cultural. A cultura no SESI foi analisada no estudo Estado da Arte da Cultura no SESI, realizado em 2004. Esse estudo evidencia que o emprego da linguagem – ou a linguagem que é estabelecida em relação à cultura – constitui uma rede semântica frágil,

com poucas articulações ou com relações tênues entre as ações, reforçando a necessidade de se investir estrategicamente na formação e no desenvolvimento do fazer da cultura.

A construção das Referências Técnicas e Gestão de Cultura do SESI – ampla, democrática e propulsora do desenvolvimento cultural – deve garantir condições satisfatórias e servir de estímulo às diversas fases do processo de criação/difusão/consumo/registro de bens e experiências culturais. O estabelecimento dos sentidos e significados da cultura permite a socialização de modelo mental organizacional, o qual, por sua vez, favorece a socialização dos diversos “fazer”, permitindo, assim, que um programa nacional seja compreendido e compartilhado no País, tornando possível a construção de uma rede. Essa rede, tecida na malha da Tecnologia SESI Cultura, orienta e estrutura a potencialidade das relações teóricas e práticas da diversidade de “fazer culturais” do SESI em seu Departamento Nacional e nos Regionais.

INICIANDO NOSSAS CONVERSAS SOBRE CULTURA

CULTURA: 300 DEFINIÇÕES, 2 EQUÍVOCOS E ALGUNS DESAFIOS

Rodolfo Cascão

O historiador russo Mezhuiev em *A cultura e a história*, produzido na década de 70 do século passado, compilou mais de trezentas definições sobre cultura. Isso denota a riqueza de interpretações e o deslumbramento pelo tema. A cena de um mercado persa pode ser uma boa imagem para essa efervescência: – Venham, venham, eis aqui a cultura, escolham as suas definições. Façam as suas! E eu lhe pergunto: qual é o seu conceito de cultura? Pense um minuto e formule um.

O Joca, um lavrador típico do nosso interior, encontra um compadre na festa da padroeira e comenta: "Ói, sô. E num é que a minha fia, a Mariquinha, vai desenclhá?! O noivo é um professor lá de Água Azul. Eu tô achando é bão, proque a Mariquinha num tem cultura nenhuma." Nesse caso do Joca, a palavra cultura é usada como atributo daqueles que freqüentaram os bancos escolares. É usada de maneira que classifica e hierarquiza os sujeitos e suas relações sociais, servindo para preservar desigualdades e funcionando como instrumento discriminatório. Quando o Joca comete o equívoco de afirmar que o povo da roça é desprovido de cultura, ele reproduz um discurso ideológico dominante que visa desqualificar a cultura rústica do sertanejo – conforme batizou o estudioso Antônio Cândido em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito*. Um modo de vida extremamente rico com uma oralidade poética, com lendas e mitos que ainda

compõem o imaginário brasileiro; um jeito holístico de se relacionar com a natureza e extrair dela o seu sustento; enfim, uma expressão de povo em que transborda uma religiosidade muito forte, a exemplo da festa da padroeira de que o Joca participa anualmente, tão atual e viva em milhares de municípios desse País.

Ao fazermos a distinção entre as maneiras de viver das coletividades – tarefa sobre as quais especialmente os antropólogos se debruçam –, começamos a catalogar, por exemplo, as várias manifestações culturais e a entender que não existe uma cultura: a cultura são muitas!

Uma divisão clássica criada para explicar esse conceito é a que a separa em três campos: cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. Falando de bate-pronto, a primeira se refere à cultura letrada, alimentada pelo modo de vida das elites e que se espelha nos salões das artes. A cultura popular emerge das práticas espontâneas das classes subalternas e tem como referencial a rua. E a cultura de massa está ligada ao advento da sociedade de consumo, que gerou uma indústria cultural cuja expressão maior é a mídia eletrônica. Essas definições contribuem para esclarecer a complexidade do real, mas, como tudo, apresentam fragilidades, provocadoras de um primeiro equívoco que desejamos ressaltar.

Quando Adoniran Barbosa compôs *Saudosa maloca* – *Foi ali seu moço / Que eu, Mato Grosso e o Joça / Construimos nossa maloca* –, ele era a expressão máxima da cultura popular brasileira (a do Joca sertanejo do interior e a do Joca urbano da periferia). Entretanto, o compositor não ficou circunscrito ao bairro do Bexiga paulistano, e sua música rendeu muito lucro à indústria fonográfica, pois estourou nas rádios nos anos 60 do último século. O espirituoso Adoniran fez parceria com o poeta Vinicius de Moraes, que foi diplomata

brasileiro nos Estados Unidos e na Europa e um intelectual internacionalmente reconhecido. Os três conceitos de cultura se plasmaram, borrando o rigor acadêmico que muitas vezes aprisiona as definições.

E qual é, então, o nosso segundo equívoco?

É a utilização da palavra cultura com um sentido restrito às artes. Os departamentos de cultura em diversos tipos de organismos, normalmente, são criados para promover espetáculos e entretenimentos artísticos.

Por que achamos razoável que o Ministro da Cultura seja um músico como o Gil e não um engenheiro mecatrônico ou uma economista? Quando um ilustrador desenha uma casa para representar a idéia de habitação, ele escolhe uma imagem correta mas precária, limitada. A morada pode ser uma romântica caverna da antigüidade ou debaixo de um viaduto, como nos tristes trópicos. Arte é cultura, assim como casa é moradia. Mas cultura é muito mais: é trabalho, é educação, é saúde, é lazer... Assim como moradia é muito mais que casas: é prédio, é ninho, é caverna, é viaduto...

Entender cultura apenas como teatro, circo, dança, literatura ou festas é uma visão reducionista da cultura. Cultura diz respeito aos costumes, aos modos de vida, às manifestações artísticas, às formas de organização política, ao conjunto de estruturas sociais e religiosas..., enfim, a cultura é fruto da sociedade humana.

No dia em que o macaco deixou de ser chimpanzé e transformou-se no *Homo sapiens*, nasceu a cultura. A cultura é o que nos distingue da natureza, embora façamos parte dela. O antropólogo Abner Cohen, em *A festa dos foliões*, afirmou que o homem é um animal simbólico. Dizer que peixe é peixe em qualquer lugar não passa de um disparate etnocêntrico. A vaca para o açougue

norte-americano é apenas um insumo do setor alimentício, já na Índia é um animal sagrado.

Um ótimo recurso investigativo é a volta às origens. De acordo com o que diz Alfredo Bosi em *Dialética da colonização*, a palavra cultura deriva do verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*.

Colo para os romanos significou “eu moro”, “eu ocupo a terra”. Como tempo verbal no presente, dá-se então a relação de cultura com a idéia de vida e trabalho: eu cultivo a terra – a Técnica.

Já para o passado, *cultus* tem dois entendimentos: significa que a atividade agrícola já tem memória e também que se cultiva a lembrança dos que já partiram – o culto aos mortos. Portanto, a História e a Religião.

Culturus, como conjugação futura, é o que se quer cultivar. Aqui para os romanos a palavra vertia para o grego *paidea*: a transmissão às novas gerações de práticas, símbolos e valores para garantir a coesão social. Aportamos, assim, num outro território: a Educação.

Em síntese, a palavra cultura passeia entre um conjunto de significados que vai do ideal pedagógico ao transcendente religioso, do registro histórico à tecnologia aplicada. Cultura supõe uma consciência grupal operosa, que desentranha da vida presente os planos de futuro.

O antropólogo Renato Ortiz afirma que a identidade de um grupo se afirma na diferença: o contraste entre o eu e o outro. Somos todos comunidade humana, quase sete bilhões. Porém, existem inúmeras peculiaridades que demarcam as identidades dos povos. No México, é popularíssima a briga de galo; no Brasil, o futebol. A esse respeito escreveu Roberto Albergaria: “Imaginemos por um momento que as identidades são textos, sociais e comunitários se assim o quiserem, escritos por códigos distintos, que atravessam nosso corpo

quando dançamos, que acompanham nossas falas, nossos sonhos, erros, comidas. Escrevemos identidade de dentro para fora, de baixo para cima (brotando do povo), de ontem para hoje (tradição e resgate); mas, com igual intensidade, se escrevem esses textos de fora para dentro (quando os de fora dizem o que somos), de cima para baixo (impondo modas e/ou induzindo modelos) e de hoje para trás (relendo e ressignificando tudo com olhos de agora).”

Por mais diversa e heterogênea que sejam as territorialidades do povo brasileiro, com diferentes etnias, tradições, sotaques, cores e formas, existem traços peculiares que formam a nossa cara. Essa afirmação de povo é um dos grandes desafios que está colocado para um país emergente como o Brasil. Como valorizar as nossas raízes sem cair em xenofobismo míope e se fechar para uma riqueza de saberes e influências contemporâneas cada vez mais profusas? Como escapar de uma globalização que busca homogeneizar tudo, apagando diferenças e memórias e fortalecer a nossa autonomia criativa e multicultural?

OUTROS DESAFIOS PARA O CAMPO DA CULTURA

Vânia Noronha

Como acabou de dizer Rodolfo Cascão, o campo da Cultura nos desafia de vários modos. A palavra cultura está presente em todos os momentos do cotidiano e com significados diversos. Como foi dito, em geral a primeira significação da palavra diz respeito às manifestações que envolvem as artes de um modo geral: música, poesia, literatura, dança, teatro, circo, festas e tantas outras. Um outro sentido comum é quando ouvimos dizer que “fulano de tal” é uma pessoa muito culta e que, por sua vez, o “sicrano” não tem cultura. Equivale à capacidade de compreender dados; organizar, analisar e dar novos significados a eles e é, quase sempre, atribuída às pessoas que possuem maior quantidade de leituras, o controle das informações, diplomas e títulos universitários. Neste sentido, a palavra é muito usada, de modo restrito, como sinônimo de educação, de inteligência. Dessa forma, no modo de entender de Roberto DaMatta, cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas, servindo como arma discriminatória entre os grupos sociais contra sexos, idades, classes sociais, etnias. Por vezes, a cultura é entendida como o modo de vida, hábitos e costumes de determinados grupos. São línguas, artes, comportamentos tão diferentes e diversos que chegam, em alguns momentos, a nos causar uma profunda estranheza. Ficamos nos perguntando: como é possível uma pessoa ou mesmo um grupo de pessoas viver desse ou daquele modo? É comum considerarmos o nosso modo de viver melhor e mais interessante do que o de outros povos e, do mesmo modo, valorizarmos a cultura de determinados lugares em detrimento de outras e, até, da nossa própria. Afirmamos, por

exemplo, que os índios de hoje estão usando calça jeans e relógio, por isso perderam sua cultura, não são mais índios.

Dá para notar que não é nada simples definir o conceito de cultura. Uma rápida consulta aos dicionários já nos põe diante de inúmeras compreensões diferenciadas, também bastante utilizadas pelo senso comum. Vejamos mais algumas, apresentadas pelo Dicionário Houaiss e Koogan: ação ou maneira de cultivar as plantas; desenvolvimento de certas espécies microbianas; terreno cultivado: a extensão das culturas; criação de certos animais: a cultura das abelhas; conjunto de conhecimentos adquiridos; conjunto das estruturas sociais, religiosas, etc., das manifestações intelectuais, artísticas, etc., que caracteriza uma sociedade: a cultura dos incas; aplicação do espírito a alguma coisa: a cultura das ciências; desenvolvimento das faculdades naturais: a cultura do espírito; apuro, elegância: a cultura do estilo; cultura de massas: conjunto dos fatos ideológicos comuns a um grupo de pessoas consideradas fora das distinções de estrutura social e difundidos em seu seio por meio de técnicas industriais; cultura física: desenvolvimento racional do corpo por exercícios apropriados.

Outra consulta aos dicionários, feita na Enciclopédia Mirador Internacional, ajuda-nos a compreender as concepções até aqui apresentadas pela análise da etimologia da palavra cultura. Cultura vem do latim *cultu:ra*, que significa “lavoura, cultivo dos campos, instrução, conhecimentos adquiridos”, derivado do latim *cole:re*, “cultivar, cuidar de, tratar”, representado em grego por dois vocábulos distintos, *geo:rgía*, “lavoura, cultivo dos campos” e *máthema*, *mathe:mata*, “conhecimentos adquiridos”. Opõe-se, desde a época clássica, à palavra latina *natura*, “natureza, ordem estabelecida pela natureza, curso natural das coisas”. A diferença

fundamental entre *cultu:ra* e *natu:ra* é que a *cultu:ra*, “lavoura, conhecimentos adquiridos”, só se realiza com a participação direta do homem, agindo sobre a *natu:ra*, enquanto esta existe independentemente da ação humana.

Com esses dados, é possível afirmar que, desde suas origens, a palavra cultura está ligada à noção de cultivo, cuidado: com a terra – daí agricultura; com as crianças – puericultura; com os animais – apicultura, piscicultura; e com os deuses – culto. Essa concepção original, para Marilena Chauí, traz a idéia de uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém. É fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios. Se seguirmos esta linha de raciocínio, poderíamos dizer, ainda nos dias de hoje, como diz Boal, que o objeto de nosso cultivo é a própria vida. Cultivamos a vida biológica, afetiva e social: o trabalho e o lazer, a guerra e a paz.

Marilena Chauí nos ajuda a ver que esta compreensão de cultura como cultivo, culto, foi perdendo terreno na história do Ocidente, e a oposição entre natureza e cultura ganha destaque. De acordo com essa oposição, a cultura passa a ser entendida como produção e criação da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de relações de parentesco e as relações de poder. Para que a vida exista e persevere, ela exige.

É das respostas que damos às exigências da vida que nasce a cultura. Cultura é o que fazer, como fazer o que se faz, para quê fazer e para quem se faz. A cultura constitui-se em todas as atividades que satisfazem nossas necessidades, mesmo supérfluas. Somos todos produtos e produtores de cultura. A arte, a educação, o trabalho, o lazer, o esporte, a saúde e todos os outros fazeres da nossa vida são parte da cultura. A cultura é o ser humano,

é o que há de mais humano no ser, é aquilo que nos distingue dos outros animais.

A percepção destes fazeres e de suas diferenças foi possibilitada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, marco da passagem para o mundo moderno, que permitiu à Europa, por meio do advento das grandes navegações iniciadas no século XVI, a colonização dos povos das Américas, Ásia e África. Do encontro da sociedade do “eu” com a sociedade do “outro” e do esforço de compreender as diferenças culturais, surgiram as bases para a constituição do conceito de cultura, que passa a ser o conceito-chave da Antropologia, ciência que surge no século XIX, mas que só se desenvolveu como campo epistemológico a partir do início do século XX. Lembramos que a cultura é o objeto de estudo da ciência antropológica (ciência que estuda a alteridade, a relação do “eu” com o “outro”), e não pode ser considerada seu sinônimo.

Os primeiros objetos de seus estudos foram as sociedades “primitivas”, populações que não pertenciam à Civilização Ocidental. O filme Guerra do fogo bem ilustra como, desde os primórdios da humanidade, os humanos possuem maneiras diferenciadas de se estar no mundo, o que provoca um choque cultural entre eles. O relato bíblico sobre a Torre de Babel demonstra como a diferença causou espanto e surpresa entre os povos. Por isso, discutir o conceito de cultura é também enveredar pela construção histórica da Antropologia como ciência, tendo como pano de fundo a clássica oposição apresentada entre natureza e cultura em sua etimologia sinônima de civilização (idéia de vida civil, isto é, vida política e regime político).

Durante o século XVIII, a cultura é compreendida como o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade, sendo possível avaliar o progresso, a evolução de uma sociedade. É considerada como um conjunto de práticas

que envolvem artes, ciências, técnicas, ofícios e filosofia. Como lembra Roque Laraia, só a partir de meados do século XIX que Edward Tylor, em 1871, baseado nessa concepção iluminista de cultura, se tornou o primeiro estudioso a sistematizar esse conceito, afirmando que cultura ou civilização, no seu sentido etnográfico, é todo este complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo seres humanos como membros de uma sociedade.

Esse conceito evolucionista de cultura foi alvo de várias críticas, instaurando concepções diferenciadas que buscavam atingir o seu grande desafio: superar o etnocentrismo inerente a esta perspectiva – esta visão presente em todas as sociedades, de que o “nosso” mundo é o centro de tudo e de todos, como se “nossa” cultura fosse a única possível e aceitável. Em decorrência dessa visão etnocêntrica, em que o modelo imposto e aceito foi o capitalista, europeu, branco e cristão, muitos preconceitos, intolerâncias, violências, racismos, ainda se fazem presentes em todo o mundo.

A problematização dessa concepção se deu a partir da introdução de novas metodologias para as pesquisas antropológicas, principalmente as iniciadas pelo antropólogo alemão, radicado nos EUA, Franz Boas. Sua pesquisa etnográfica, que requer a presença do pesquisador no trabalho de campo junto às populações estudadas, contribuiu para que cada sociedade fosse compreendida dentro de um relativismo cultural, segundo novas idéias de cultura e história. Boas entende que as diferenças culturais podem ser comparadas por meio das investigações históricas, isto é, cada cultura segue os próprios caminhos em função dos diferentes eventos que enfrenta. Ressalta a importância do acesso à língua da sociedade estudada para a compreensão das culturas em seus particulares.

Cada sociedade passa a ser considerada nela e para ela mesma, adquirindo o estatuto de uma totalidade autônoma. Desde então, não se pode mais falar em cultura no singular, e, sim, em culturas.

Se pensarmos num país como o Brasil, que desde suas origens históricas se constituiu segundo mistura de várias etnias que nos deixaram um legado cultural incalculável, veremos que Boas tinha razão. O Brasil é, com certeza, uma nação pluricultural, constituída por diferenças. Por isso mesmo, as inúmeras manifestações presentes nesse universo de cultura(s) precisam ser consideradas como uma totalidade.

No instigante debate sobre o conceito de cultura, Mauss e Malinowski, nas primeiras décadas do século passado, introduziram concepção funcionalista, ao afirmarem que o indivíduo sente um certo número de necessidades e cada sociedade tem como função satisfazê-las, por isso ela mesma (a sociedade) cria os recursos. No campo do lazer, vários exemplos desta perspectiva funcionalista podem ser citados. O futebol é um deles. Poderíamos então perguntar: Qual a função social do futebol? Você já imaginou um país como o nosso sem o futebol? Não é à toa que entra ano, sai ano, assistimos, com a mesma garra e euforia, aos intermináveis campeonatos, sejam eles oficiais ou não. O que dizer do carnaval e outras festas? Até a década de 60 do século XX os estudos antropológicos centraram-se nas pesquisas de povos e sociedades “ditas” primitivas. Porém, essas sociedades sofreram influências de outros contextos e tenderam ao desaparecimento. Assim, após um período de crise com o próprio objeto de estudos, a Antropologia passou a considerar as sociedades “ditas” complexas como possibilidades para compreender o ser humano em seus contextos culturais, problematizando o conceito de cultura e inaugurando outras vertentes para a ciência,

como foi o caso da antropologia urbana e seus desdobramentos como a antropologia do corpo, da saúde, da festa, da religião, entre outras.

Nesse cenário, merecem destaque o estruturalismo de Lévi-Strauss e a antropologia hermenêutica de Geertz. Ao contrário da antropologia cultural, que considera cada cultura particular, Lévi-Strauss inaugura outra vertente, o estruturalismo, em que as culturas são apreendidas em um nível que não é mais o dado, e sim o construído: o do sistema. Para este autor, importa estudar a lógica da cultura entendida como um sistema simbólico que, para Roque Laraia, é uma criação cumulativa da mente humana. Seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais – mito, arte, parentesco e linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.

Geertz, por sua vez, vem desenvolvendo argumentos para se compreender uma antropologia hermenêutica, ou antropologia interpretativa. Em seu livro *A interpretação das culturas*, ele afirma que a cultura é um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras e instruções – para governar o comportamento. Sem esse sistema organizado de símbolos significantes, o comportamento do homem seria incontrolável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria forma alguma.

A cultura, nesta perspectiva, é condição para a existência humana e pode ser vista como um texto passível de ser lido, interpretado. Compreendida como um código, como um sistema de comunicação, seu caráter dinâmico é percebido pelas interpretações, significados, símbolos, diante de uma realidade permanentemente em mudanças, ao mesmo tempo que extremamente rica em sua diversidade. Geertz nos ajuda a compreender a cultura como um conjunto de mecanismos

simbólicos para controle do comportamento, que fornece o vínculo entre o que os humanos são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um a um.

Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. Somos, portanto, seres incompletos e inacabados, que se completam por meio da cultura. No Brasil, por exemplo, podemos identificar a cultura do caipira, do urbano, do imigrante e tantas outras e, no interior de cada cultura em particular, certamente encontraremos vários tipos de pessoas, pois elas também são diferentes.

E essa última concepção da cultura vem sendo criticada e discutida por sociólogos como Maffesoli e Featherstone e antropólogos como Canclini e Canevacci. Com base em análises teóricas diferenciadas, esses estudiosos afirmam que a cultura nos novos tempos não pode conviver com a idéia do todo formado por partes, mas, sim, numa perspectiva de rede, esse conjunto inorganizado e, no entanto, sólido, invisível, que serve de ossatura a qualquer outro conjunto, seja ele qual for.

Para os autores, vivemos na atualidade o tempo dos fluxos de informações, conhecimentos e imagens, constituídos de forma interdependente. Essas características introduzem novas estruturas sociais no que tange às relações entre os indivíduos e as novas formas de agrupamentos e, ainda, da relação que estes estabelecem com as novas territorialidades (ou desterritorialidades), provocando diferentes maneiras de se situar nos tempos e espaços culturais.

Com efeito, a globalização, o acesso à informatização e o desenvolvimento tecnológico são os principais responsáveis por esse novo desenho social.

As TVs a cabo e a internet rompem as fronteiras, possibilitando novas interações e construções dos sujeitos com o tempo e o espaço. A cultura não é mais o controle, mas em certo sentido é a desordem, traz a pluralidade, a diversidade, à estilização da vida. Não é mais o pensar com a razão e, sim, o agir com a emoção.

E a cultura é experienciada no cotidiano, numa profusão de estilos de vida e paisagens.

POR QUE UM GLOSSÁRIO SOBRE CULTURA?

Carla Andréa Ribeiro

Em conseqüência das demandas desta Coletânea e da complexidade dos desafios do campo da Cultura, elegemos como objetivo deste Caderno compreender os termos e expressões que se destacaram nas nossas primeiras buscas para entender o processo de significação da cultura, segundo mapeamento realizado no processo de construção das “Diretrizes do SESI para o campo da Cultura”.

A opção de construir essa compreensão de acordo com os significados, ou metaforicamente segundo os “nós” que compõem a trama de nossas experiências na cultura, permite-nos estabelecer uma infinidade de redes semânticas, pois as relações entre os “nós” são construídas por cada um de nós. Apesar das múltiplas possibilidades de estabelecermos redes semânticas sobre a cultura, sua base e significados estão compartilhados neste Caderno, esclarecendo que a diversidade não impossibilita o estabelecimento de um único modelo mental coletivo e compartilhado. Esse compartilhamento de significados em conjunto com as possíveis relações que cada sujeito fará nas suas experiências permitirão que os diversos atores envolvidos no fazer cultura no SESI se conectem uns com outros na direção da construção de uma rede de significados, práticas, bens e serviços culturais, direcionados a seu público-alvo, em consonância com missão, objetivos e estratégias da entidade. Uma rede que possibilitará a socialização dos processos de elaboração e execução das “Diretrizes do SESI para o campo da Cultura”, ao mesmo tempo que permitirá que cada ator estabeleça os próprios significantes, segundo sua história,

estrutura de que participa e outros elementos idiossincráticos e agregadores à identidade organizacional do SESI, tanto em nível nacional quanto em nível regional.

O objeto CULTURA não é fácil de ser abordado, como mostra a segunda parte deste Caderno. É conceito polissêmico, multifacetado, de difícil teorização, o que implica múltiplos olhares sobre seus sentidos e significados, presentes nos processos de transformação em bens e serviços dos quais participamos.

Realizar atividades culturais é relativamente fácil. Com planejamento, capacidade de gestão e recursos é possível cumprir um cronograma de atividades orientado pelas múltiplas razões que mobilizam nossos projetos. Mas, executar as atividades em um contexto cultural com a clara intencionalidade de favorecer o fortalecimento dos processos de identificação cultural, de ressignificação do presente e de vivência crítica e criativa dos meios de produção e reprodução da vida não é tão simples como pode parecer. Essa intencionalidade precisa ser estabelecida em um processo contínuo de reflexão sobre a prática e seus efeitos com o público-alvo. Prática que é fortemente embasada no conhecimento. Não em um conhecimento teórico, distante da realidade ou estabelecido por meio de linguagens rebuscadas e extremamente intelectualizadas, o que ocorre quando os muitos termos – geralmente complexos – usados nesse campo são ditos sem significado para quem fala, quem ouve ou quem lê esse dizer. É necessário construirmos um conhecimento sobre a cultura e seu fazer com base na crítica da prática, cotejada com a teoria e significado pela ação. O conhecimento só existe se ele se transforma em ação, caso contrário, pode se tornar em eterno processo de aprendizado que não se concretiza. Nesse sentido, os significados apresentados neste

Caderno, organizado em forma de um glossário, são primeiramente um movimento em direção ao despertar crítico sobre o fazer. Esse pensamento crítico propiciará o estabelecimento das relações entre os significados, prática, contexto, enfim, permitirá a constituição do pensamento sistêmico e construtivista da realidade.

O principal apontamento deste Caderno é que o objeto cultura como ação intencional de uma organização como o SESI, capilar e abrangente, não pode ser tratado como um objeto homogêneo ou reduzido às atividades. Ele deve ser abordado considerando sua polissemia e seus diversos fazeres. Mas, para isso, é necessário estabelecer uma base mínima de significados e sentidos que são atribuídos a ele. Essa base, aqui denominada de rede semântica, é uma construção que ocorre nas relações entre os significados, fazeres, contextos e outros elementos que concretizam a prática. E são os diversos atores os responsáveis pelo estabelecimento dessas relações. Essa experiência é individual, própria de cada sujeito, mas totalmente possível de ser compartilhada e enriquecida com as demais redes semânticas. O compartilhamento torna-se possível quando os significados – “nós” da rede – são minimamente conhecidos. Eis os “nós” da rede que nós trançamos neste momento!



2

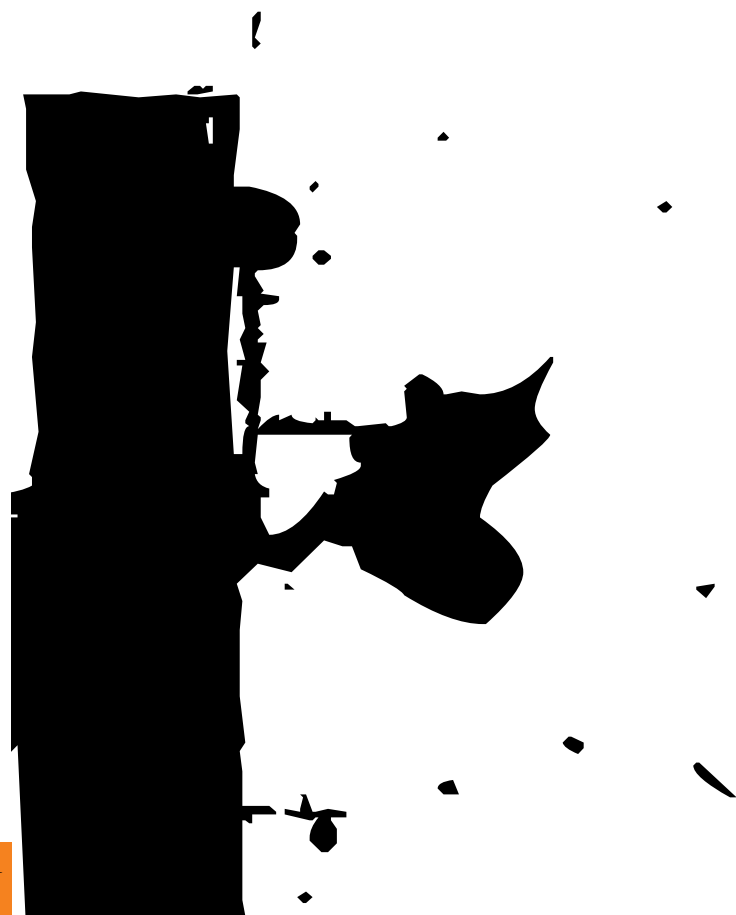
CONSTRUINDO E AMPLIANDO SABERES

A

ÇÃO EM REDE

A figura da rede é uma imagem muito expressiva para compreendermos o conceito de rede sistêmica, e, por similaridade, compreendermos o que significa atuarmos em rede.

O pensamento sistêmico pode ser considerado como um paradigma ou uma filosofia da ciência, ou, ainda, um modo de conhecer e atuar no mundo. Trata-se de um conhecimento que é elaborado na compreensão das relações entre os “nós”, ou seja, o foco não é o “nó” e sim suas relações. Isso significa que o esforço de compreensão e ação não é mais centrado em uma disciplina, ou em um departamento, ou em um setor, ou em uma localidade. É necessário ir além do “nó” e contextualizá-lo, compreendendo o ambiente em que está inserido e as influências possíveis. Essa ampliação do foco impõe alguns



desafios, e o maior deles é a capacidade de produzirmos o conhecimento transdisciplinar. A transdisciplinaridade exige que as pessoas consigam superar o cômodo lugar do domínio de uma disciplina e passem a adquirir e atuar considerando outros espaços de domínios de conhecimento. Com isso formulam novos conhecimentos que auxiliam a compreensão da complexidade.

Atuar na perspectiva da rede exige pensamento sistêmico, transdisciplinaridade, ou, no mínimo, interdisciplinaridade. Além disso, implica a compreensão de três características básicas de um sistema em rede, que são: a equifinalidade, a interdependência e a complementaridade. A equifinalidade é o que permite afirmarmos que existe um sistema, pois as partes têm uma mesma finalidade, ou seja, as partes podem ter objetivos distintos, mas o fim que se quer alcançar com o cumprimento dos objetivos é o mesmo. A interdependência é a característica que evidencia as relações, pois nenhuma parte é estanque e tem fim nela mesma. Ela existe na relação de dependência com as outras partes, pois as mudanças ocorridas em uma das partes afetam todas. Sendo assim, os processos de adaptação às mudanças culturais são dinâmicos e constantes, obrigando todos os “nós” a processarem, adequadamente, as informações oriundas do ambiente e das partes. A complementaridade é uma característica que reforça a noção de todo, mas não como somatividade. Compreender o todo não como soma das partes significa compreendê-lo como partes que se complementam em uma equifinalidade, e que produzem, juntas, algo que está além do seu mero “juntamento”, pois o somar reforça os limites das partes como em uma “colcha de retalhos”. A complementaridade é um tecer juntos, como se as partes fossem a linha, a agulha,

o tear, as mãos da tecelã e, complementarmente, vão compondo “a colcha” de acordo com a tecedura de um único tecido, que ao final resultará em “uma colcha”, e, não, de acordo com a costura de tecidos distintos, como na “colcha de retalhos”. O agir em rede requer pensar sistemicamente, produzir conhecimento transdisciplinar/interdisciplinar, inserir-se no todo e ter claro qual equifinalidade move as partes.

AÇÃO SIMBÓLICA

Tendo como base o entendimento de símbolo (veja o termo signo), uma ação ou expressão simbólica é aquela que nos permite conhecer e construir o nosso mundo, por meio de representações. A linguagem, o mito, a arte, a técnica, a ciência e a religião são provedoras de ações simbólicas que se diferenciam de acordo com o universo cultural. Quando pagamos um *show* de música, esporte ou dança com um quilo de alimento não-perecível, estamos realizando um ato simbólico de pagar para assistir ao espetáculo e, ao mesmo tempo, um ato de solidariedade com aqueles mais necessitados.

ACESSIBILIDADE

Este termo tem várias aplicações, mas pode-se defini-lo segundo o significado que qualifica o que está disponível. A disponibilidade ou disponibilização é a oferta de algo para alguém, um grupo de pessoas ou para todos. O acesso ao que está disponível é o que define a acessibilidade. Nem tudo que está disponível está acessível. O acessível é o que torna real o que está disponível, por isso contém o princípio da equidade, sendo que o termo “disponível” se relaciona com o princípio da igualdade, ou seja, pôr à disposição de todos um serviço, ou sítio da *web*, ou um equipamento, é considerar que todos são iguais na condição de acesso ao que foi disponibilizado.

Nesse caso, não existe a preocupação com a localização geográfica, barreiras físicas para pessoas portadoras de necessidades especiais, condição financeira e a flexibilidade da informação e interação, por exemplo, que dê suporte ao uso do que foi disponibilizado. A lógica que orienta a disponibilização é que todos são iguais, e é a igualdade que determina o padrão de disponibilização de algo.

Mas, sabemos muito bem que a igualdade não existe, as pessoas e os grupos sociais são diferentes entre si em vários aspectos: culturais, sociais, econômicos, etc. É com base no reconhecimento das diferenças que se estrutura o princípio da equidade. Este princípio considera que as diferenças devem ser abordadas no processo de acesso ao que está disponível, ou seja, uma exposição de esculturas em uma galeria, disponível à população, torna-se acessível se não houver barreiras físicas intransponíveis para determinado segmento populacional, se existir guia para portadores de necessidades especiais, se o local não for extremamente ostentador, causando constrangimentos aos menos abastados, se as pessoas estão educadas para a apreciação estética disponibilizada, etc.

A acessibilidade é o aprofundamento da condição de igualdade. Não basta disponibilizar algo de forma igualitária, é necessário tratar as diferenças para promover o acesso àquilo que está disponível.

ACULTURAÇÃO

Perda de determinadas culturas, ou de alguns elementos, vivida por um processo de sobreposição de outra cultura. Observe que o sufixo “a” transmite a idéia de negação da cultura. Entretanto, é possível perceber que, apesar das censuras, das imposições de valores, hábitos, crenças de um determinado grupo sobre o outro, muitos aspectos

da vida destes grupos permanecem, cultivados mesmo que de forma clandestina.

Sendo a cultura dinâmica, o que ocorre é uma ressignificação de elementos no interior desta, e, não, uma substituição de uma cultura por outra.

ANIMADOR, EDUCADOR CULTURAL

O animador cultural, que existe informalmente na maioria das comunidades, além de desenvolver suas atividades regulares (como um professor de artes, um secretário da paróquia, um líder estudantil, um artesão, um líder esportivo no clube da empresa), tem a função de mobilizar e produzir eventos.

Como atuante em determinada comunidade, busca sintonizar gostos e os interesses do grupo do qual participa ou com o qual desenvolve ações. O animador cultural busca identificar e valorizar os grupos culturais, os talentos de cada um, sejam artísticos, para a gestão, orientações educativas, liderança nas interações com o grupo, outros grupos e pessoas da localidade, sempre criando oportunidades para expressão, diálogo e trocas. Como entusiasta da esfera da cultura, ele lidera processos locais de preservação cultural, valorizando as raízes e os talentos existentes, defendendo um patrimônio ameaçado, reivindicando a construção de espaços de convívio cultural ou social, elaborando projetos, captando recursos, mobilizando os participantes.

O animador cultural é um Joãozinho Trinta que tem um senso estético aguçado e que quer sempre ver o “bloco na rua”. Como um bom educador cultural, exerce um papel político fundamental para que a comunidade mantenha viva a sua chama de cultura e trabalhe no sentido de criar formas de organização permanentes como indutora do processo.

Também como recreacionista, recreador, monitor, instrutor, agente cultural, programador, coordenador, supervisor e outros modos como tem

sido chamado, é o profissional que atua nas mais diversas áreas culturais. Organiza, planeja, executa e avalia atividades de lazer para sujeitos de todas as idades, etnias, grupos sociais, classes econômicas, opções religiosas, sexuais, condições especiais de vida. Estimula a participação, o acesso e a produção de bens culturais pelos sujeitos. Atua nos mais variados equipamentos de lazer, como: empresas, hotéis, clubes, ruas de lazer, *spas*, aviões e outros meios de transportes, hospitais, creches, entre outros. É o profissional com diferentes formações, como educação física, arte-educação, turismo, música. Segundo Marcellino, esperamos que possua o domínio do conteúdo cultural com o qual atua, com vontade de dividir este domínio com outras pessoas, devendo, para isso, possuir sólida cultura geral que possibilite a ele perceber a articulação desse domínio com outros; que exerça, cotidianamente, a reflexão e valoração próprias da ação do educador, o que o diferenciará dos “mercadores” da grande maioria da indústria cultural.

Por fim, que tenha e seja compromissado politicamente com a mudança da situação em que se encontra a sociedade brasileira, empenhando-se no desenvolvimento de ações socioeducativas que possam contribuir com a qualidade de vida de todos.

ARTE

A arte em cada cultura revela o modo de perceber, sentir e articular significados e valores que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos da sociedade. Solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa das questões sociais e da cultura que se faz. A arte, como forma de comunicação e apreensão da realidade, é rápida e eficaz, pois atinge o interlocutor por meio de uma síntese da explicação dos fatos.

A arte e todo o processo de salto de conhecimento

precisam constituir-se de uma parcela de não-intencionalidade: é necessário penetrar no desconhecido para se descobrir o novo, possibilitar a estimulação do aparelho sensorial para outras leituras dos acontecimentos da vida, sair da linguagem normativa, da gramática discursiva, encadeada e hierarquizada, para a ruptura desse discurso e penetrar, por meio da imaginação, na linguagem poética, gerativa.

Desde o início da história da humanidade, a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O humano tem essa noção desde os primórdios da forma expressiva e da beleza. Ele ultrapassa a dimensão utilitária das coisas para chegar à dimensão do belo. Uma vara foi transformada em arma de caça. Mas, quando um artesão talhou um desenho na lança, além de ter aplicado um valor estético àquele instrumento, o caçador sentiu-se mais poderoso, protegido por uma aura mágica que a arte possibilitou.

O filósofo grego Heráclito afirmou que a morada do humano é o extraordinário. A arte é uma das pontes que possibilitam o ser humano viver a utopia, a dimensão do sonho. O artista exerce o papel de vanguarda ao denunciar as angústias e contradições da sociedade e anunciar por meio da sua obra as tendências de uma nova condição humana.

BENS E SISTEMAS SIMBÓLICOS

Bens simbólicos são aqueles que não possuem a dimensão da concretude como os bens materiais – produtos, objetos –, e, sim, uma dimensão simbólica, como, por exemplo, valores, notícias, informações, modas, receitas, orações, músicas, danças, alianças, entre outros.

Como parte de sistemas simbólicos, representam a maneira como cada cultura ordena o mundo, criando os próprios conceitos e simbologias que dão sentido à aparente confusão das coisas nas

sociedades. Os sistemas criam, por meio dos símbolos, uma rede de significação. O ser humano, mais do que racional, é um *Homo symbolicus*, com linguagens, mito, artes, religião, história, ciência diferentes. A linguagem é um desses sistemas. Os sistemas simbólicos são também os códigos, regras de comportamento que ordenam as diferentes formas de conhecimento, denominadas de sistema de classificação. Por meio dos sistemas simbólicos de classificação, categorizamos plantas, animais, objetos e tudo mais presente em nossas culturas. Sem essa ordenação cultural de significados ficaríamos completamente perdidos. São, pois, as lentes que utilizamos para ver e compreender o nosso mundo. Essa rede simbólica é a cultura. Para Geertz, sem ela a vida em sociedade seria um caos. Todo sistema cultural tem sua lógica própria.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade, ou conforme o próprio nome diz, a diversidade de espécies, tem a ver com a riqueza de organismos vivos que existem dentro de um ecossistema ou determinada unidade de natureza. Quanto maior a biodiversidade, mais abundância de espécies. As comunidades mais antigas, mais estáveis, têm, geralmente, alta diversidade. Com uma população de 170 milhões de habitantes e uma área de aproximadamente 8,5 milhões de km², o Brasil é o quinto do mundo em extensão territorial. Um país tropical com abundância de chuvas em mais de 90% do seu território e detentor de 12% das reservas mundiais de água doce do planeta. Temos, ainda, a abundância de águas subterrâneas, como as do aquífero Guarani, um dos maiores do mundo. A força do patrimônio natural brasileiro é representada pela diversidade dos ambientes encontrados em um país de proporções continentais, no qual se reconhece exuberância geográfica extraordinária. Possuímos pontos de rara

beleza: rios e cachoeiras, praias, mar e ilhas, pantanais, florestas e bosques que representam uma forte atração ao turismo com a valorização do visual do ambiente. O Brasil é o “santuário” da maior biodiversidade existente no planeta. Abriga 20% de todas as espécies animais do mundo. A variedade da flora também é impressionante. De cada cinco espécies, uma está aqui. O Brasil é dono de sete biomas, entre eles a maior planície inundável – o Pantanal – e a maior floresta tropical do mundo – a Amazônia. O rio Amazonas e seus mais de 1.000 afluentes abrigam uma quantidade astronômica de peixes. Nessa região, vivem algumas das aves mais coloridas do mundo, como a arara-azul e a ararajuba. A flora brasileira oferece potencial farmacoterapêutico fantástico. Sem contar acervo incalculável proveniente da sabedoria indígena e popular, ainda não-aproveitado.

Entretanto, somos uma natureza ameaçada com o avanço da agropecuária manejada de forma insustentável, provocando queimadas, destruindo animais e matas e ameaçando a sobrevivência de povos indígenas. O crescimento desordenado das cidades, especialmente nas grandes capitais, tem resultado numa ocupação do solo urbano que degrada o meio ambiente, transforma os rios em calha de esgoto. O ar fica irrespirável com o processo industrial selvagem, e, onde se vêem bolsões de pobreza, milhares de seres humanos convivem com esgoto a céu aberto, sem saneamento básico.

BRINQUEDO, BRINCADEIRA E JOGO

Brinquedo é um termo muitas vezes considerado sinônimo de jogo, brincadeira, festa, folia, folguedo, divertimento, uma vez que na língua portuguesa a palavra brinquedo serve para designar tanto a ação de brincar quanto o objeto utilizado na brincadeira. Oliveira define brinquedo como um objeto, palpável, finito e materialmente construído,



podendo-se constituir de formas variadas de criação, desde as artesanais até as industrializadas. Para este autor, o brinquedo separa-se da brincadeira e do jogo, pois estes expressam muito mais uma ação do que, propriamente, um objeto. Entretanto, o autor faz uma ressalva: a associação do brinquedo ao objeto – também como do jogo e da brincadeira à ação – não é mutuamente excludente, porque tanto a manipulação de um brinquedo implica uma ação, quanto um jogo utiliza-se de objetos como suportes materiais, para se realizarem. Já na literatura, em geral, jogo tem o mesmo significado de brincar, brincadeira, festa, ou seja, situações que privilegiam a vivência lúdica.

O jogo é uma ação cultural cuja intencionalidade e curiosidade resulta em um processo criativo, possibilitando novas regras, novos modos de lidar com o tempo, o lugar, os materiais, as experiências culturais, o imaginário. O jogo não é discriminatório, uma vez que implica o reconhecimento de si e do outro, traz possibilidades de lidar com os limites como desafios e não como barreiras. Possibilita, ainda, o uso de diferentes linguagens verbais e não-verbais, organização, ação e avaliação coletivas, bem como conteúdos diversificados e abertos a diferentes recriações.

Huizinga, autor clássico na discussão teórica sobre o jogo, afirma ser esse um fenômeno da cultura com função social, e atribui a ele o caráter de não-seriedade. O jogo é uma atividade voluntária, desinteressada: é ele próprio liberdade. Trata-se da vivência de uma esfera temporária de atividade, com orientação própria, capaz de absorver inteiramente o jogador dentro de temporalidade e espacialidade próprias. Ele cria ordem e é ordem. O jogador que desrespeita ou ignora as regras é considerado “desmancha-prazeres”.

Como analisa Leila Pinto, na perspectiva do lúdico, o jogo estimula o criar e recriar boas idéias,

desenvolvê-las com autonomia, espontaneidade e alegria de dividi-las com os parceiros. O jogo possibilita o desenvolvimento das habilidades de lidar com ritmos, sons, números e palavras, de relacionar a linguagem gestual com a música; usar o corpo de formas diferentes e conscientes; relacionar-se com o meio ambiente e com as pessoas como forma de autoconhecimento; ordenar e reordenar coisas; perceber-se no espaço; conhecer histórias; vivenciar novas experiências; relacionar conhecimentos, para resolver desafios.

CAPITAL NATURAL, FÍSICO, HUMANO E SOCIAL

No contexto das políticas sociais e culturais voltadas ao desenvolvimento sustentável, vem sendo utilizada como uma das referências de desenvolvimento a classificação do Banco Mundial (2002) que sustenta a existência de quatro formas básicas de capital determinantes no desenvolvimento de uma nação, ou seja, o capital natural, constituído pela dotação de recursos naturais que possui uma região; o capital físico, gerado pelo ser humano e que inclui diversas formas de capital como infra-estrutura, bens de capital, financeiro, comercial, etc.; o capital humano, determinado pelo grau de nutrição, saúde, educação, lazer e trabalho da população; e o capital social, que representa o grau de confiança existente entre atores de uma sociedade, ou seja, as atitudes positivas em matéria de comportamento cívico que contribuem com o bem-estar geral. Todas essas dimensões revertem-se para melhorias da qualidade de vida e desenvolvimento cultural no país.

CIBERCULTURA

É a cultura do ciberespaço, que é o espaço da virtualidade mediado pela internet. É considerado por Pierre Lévy novo espaço de comunicação que vem crescendo com a ampliação de um movimento



internacional de pessoas ávidas para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem, ou seja, o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores.

Sendo assim, a cibercultura é o conjunto de técnicas, materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem, juntamente, com o crescimento do ciberespaço.

COMEMORAÇÕES

São celebrações vivenciadas como rituais que extrapolam o vivido no cotidiano. Expressas por meio de formalidades e cerimoniais, atestam e utilizam símbolos, como o diploma e as alianças, para dar significados especiais e sagrados à ocasião. Nelas, tomamos consciência de experiências marcantes para a cultura que as celebra, fazendo-nos reviver nossa história pessoal ou coletiva, nossas diferenças, hierarquias, ritos e ordem social. Sempre celebram alguma coisa que supomos que realmente aconteceu e que é marcante culturalmente: vida de santos, homenagens a heróis, dias especiais para papéis sociais, acontecimentos familiares, da nação, e outros que compõem o calendário coletivo.

CONSUMIDOR E CIDADANIA CULTURAL

O mercado e o estado autoritário, populista ou neoliberal identificam os indivíduos como meros consumidores e contribuintes, objetos passivos das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, tanto do ponto de vista mercadológico quanto estatal, há uma seleção das atividades artístico-culturais a ser apoiada, especialmente aquela produção cultural conservadora, conformista e repetitiva. Essa produção cultural, entendida como mercadoria, precisa gerar lucro ou dividendos

políticos para quem os patrocina. Essa lógica proporciona um acesso privilegiado às classes sociais de maior poder aquisitivo, aumentando o fosso cultural entre pobres e ricos. Às classes populares resta consumir uma programação cultural do rádio e da televisão de uma qualidade sofrível, acrítica e que busca reproduzir os valores das classes dominantes. A idéia de cidadania cultural se insere numa perspectiva democrática e toma os indivíduos não como consumidores e contribuintes, não como definidos pelas regras do mercado e do mundo oficial, mas os considera como sujeitos políticos. A cultura é vista como direito dos cidadãos, e nessa medida eles têm o direito à informação, ao debate e à reflexão; o direito de produzir cultura; o direito de usufruir os bens da cultura; o direito à invenção de novos significados culturais; o direito à formação cultural e artística; o direito à experimentação e ao trabalho cultural crítico e transformador.

CRIAÇÃO, CRIATIVIDADE

Para Elvira Almeida a criação representa ação humana de conceber e gerar novas formas, novos modos de uso, de aperfeiçoamento do que existe com base no talento e desejo humanos. Como fruto de ação estética, mostra o “olhar” de quem cria, seu conhecimento sensível sobre a dimensão material e não-material. Revela suas “maneiras” de relacionar e interagir com pessoas, natureza, coisas, formas, artes; seus modos de usar do seu potencial para jogar com a fantasia, concretizando-a pelas suas produções criativas e, desse modo, participando da transformação de sua realidade. Como fator cultural de conhecimento científico, representa produção intelectual com fins práticos, inovadores, originais. A criatividade é a qualidade do que é criativo. E como linguagem é a capacidade que o falante tem de produzir, compreender e fazer uso de um número imenso de símbolos significativos e de



enunciados, mesmo que não tenha conhecimentos prévios sobre eles.

CULTURA CORPORAL

Cultura corporal, cultura de movimento ou, ainda, cultura corporal de movimento são algumas das expressões largamente difundidas na atualidade, principalmente no campo da Educação Física, para designar as práticas corporais presentes em nossa sociedade, como o jogo, esporte, ginástica, dança, lutas e outras. São expressões polêmicas, cunhadas nessa área, no início da década de 90 do século passado, que tentam romper com a idéia de que o objeto de estudo da Educação Física são as atividades, propriamente o seu fazer. Discussão com Sociologia, História e Antropologia, entre outras áreas, vem ajudando a construir argumentações científicas sobre fundamentos das atividades de que tratam a Educação Física.

Nesse sentido, vários autores, como Elenor Kunz, o Coletivo de Autores e Vânia Noronha Alves, compreendem como cultura corporal todas as práticas corporais presentes num dado grupo social, possuidoras de sentidos e significados simbólicos para aqueles que as praticam.

CULTURA DE MASSA

É aquela veiculada pelos meios de comunicação de massa como rádio, televisão, jornais e revistas de grande circulação e, mais recentemente, pela internet. De acordo com os críticos da indústria cultural, sobre seu impacto no conjunto da sociedade, ela impõe padrões culturais com vistas à homogeneização de hábitos e gostos culturais consumistas articulados com a mercadorização no campo cultural. Suas metas são as vendas e o lucro e, não, o consumo cultural inerente ao processo de formação e desenvolvimento humanos.

CULTURA ERUDITA

Os termos cultura erudita, de massa e popular foram bastante utilizados num momento em que predominava leitura de sociedade pautada no marxismo e, principalmente, sua teoria sobre a luta e a diferença de classes. O mundo globalizado e o entendimento de cultura como produções humanas de um sistema simbólico carregado de significados para os grupos que o constituem têm provocado mudanças nesse entendimento e processo de classificação, que hierarquiza determinados tipos de cultura. Entretanto, como essas expressões ainda se fazem presentes em nosso meio, vamos extrair delas elementos que nos ajudem a compreender o contexto social vivido por nós.

Erudição quer dizer instrução vasta e variada, possibilitada pelo acesso aos bens culturais e à educação. A cultura erudita opõe-se ao rude e, em geral, é identificada pelo conhecimento de autores e artistas clássicos. A produção cultural erudita é cultuada pela tradição e por instituições oficiais, como universidades, conservatórios, bibliotecas e museus. É tida como a cultura da elite, uma vez que nem todos têm acesso a esses bens.

Por exigir rigor na sua elaboração e ser cultivada por um público relativamente restrito, tem o *status* de algo sofisticado e privilegiado. É, às vezes, ridicularizada, em razão do seu caráter esnobe, acadêmico e formal, por ser dotada de requintes e exigências que não fazem muito sentido para a maioria da população, como mostram estudos de Oliveira.

CULTURA ESCOLAR

Os recentes estudos culturais têm trazido à cena a possibilidade de investigar, também, a escola como lugar de organização e produção de uma cultura própria, específica, bem como os elementos ou dispositivos que compõem o fenômeno educativo, tais como as representações,

os tempos, os espaços, os agentes escolares, os conhecimentos e as práticas escolares. Vago compila as contribuições de alguns estudiosos, especialmente da história da Educação, na tentativa de definir o que vem a ser cultura escolar.

Viñao-Frago a define como um conjunto de aspectos institucionalizados – incluindo práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – que constitui a história cotidiana do fazer escolar, modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas. Nesse conjunto, existem alguns aspectos que são mais relevantes que outros, no sentido de que são elementos organizadores que a conformam e identificam. Entre esses elementos, ele considera centrais na constituição de uma cultura escolar: o espaço, o tempo e as linguagens ou modos de comunicação.

Juliá, por sua vez, pondera que a cultura escolar congrega um conjunto de normas que define saberes e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com as finalidades, que podem variar segundo as épocas.

Fourquin também oferece para esse debate uma distinção entre o que considera “cultura da escola” e o que admite como “cultura escolar”. Sobre a primeira, ele diz que a escola é também um “mundo social”, com características de vidas próprias, ritmos, ritos, linguagem, imaginário, modos próprios de regulação e de transgressão, regime próprio de produção e gestão de símbolos. Já a “cultura escolar” é o que caracteriza o objeto do ensino, seu conteúdo substancial e sua justificação, isto é, o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normalizados, rotinizados, sob o efeito de didatização, constitui o objeto de uma transmissão deliberada de conhecimento no contexto das escolas.

Chervel defende que a cultura escolar é uma autêntica e original cultura produzida pela escola, insistindo que o sistema escolar é detentor de um poder criativo, ainda insuficientemente valorizado, e que desempenha duplo papel na sociedade: ele forma indivíduos e também culturas que, por sua vez, penetram, moldam, modificam a cultura da sociedade mais ampla.

Para Vago, têm se destacado como estruturantes da cultura escolar: um saber jurídico e político produzido específica e especialmente para a escola (legislação do ensino, mapeamentos estatísticos, por exemplo); uma organização física do espaço escolar (prédios, mobiliário); os materiais escolares; a divulgação de novos métodos de ensino e a redefinição de currículos, disciplinas e tempos escolares, por exemplo. Com eles, e com base neles, indagamos como na (e para a) escola definiram-se, historicamente, estatutos de gerações (infância e juventude), de gênero (os lugares do masculino e do feminino), de etnia (relações étnicas) e de classe social.

CULTURA FAMILIAR

A definição de família é tão polissêmica quanto a definição de cultura. Tentemos compreendê-la considerando família como pequeno grupo de convivência, que talvez se originou da necessidade de se cuidar das crianças, do prazer da convivência e da preservação da sexualidade do casal. Esse modo de viver, que ocorre dentro da linguagem, ao ser mantido pelas gerações, pode ser definido como família. Portanto, família é um modo de convivência reproduzido pela cultura, que por sua vez é mediada pela linguagem.

Podemos considerar que família é o primeiro lugar da sociabilidade dos sujeitos e da afirmação de um conjunto de valores, hábitos, crenças e modos de vida. Portanto, a cultura familiar é o passo inicial

do processo de identificação do sujeito e de sua socialização nos demais grupos sociais.

Tornamo-nos humanos no convívio com outros humanos. É dentro de nossa rede social significativa, da qual a família (tenha ela o formato que tiver) faz parte, que construímos a imagem que temos de nós mesmos.

CULTURA ORGANIZACIONAL

A definição de cultura organizacional baseia-se na convergência do conceito de cultura com o universo das organizações. Podemos compreender cultura organizacional como o conjunto de valores e crenças vigentes na organização que é concretizado por meio dos comportamentos individuais e coletivos. Os valores e crenças são representados por um conjunto de símbolos utilizados no processo de compartilhamento das idéias em uma organização. Esses símbolos estão contidos no discurso vigente – falado e escrito, na memória da organização, na prática gerencial e nas relações de poder. A necessidade de promover mudanças na cultura organizacional é apontada pelos estudiosos ao reconhecerem que a cultura deixou de ser uma dimensão oculta e misteriosa para ser uma dimensão estratégica nos processos de mudanças. Promover mudanças estruturais, ou até mesmo de menor impacto, em uma organização, sempre foi desafiante. Por essa razão, o ambiente organizacional e a cultura que vigora nesse ambiente são importantes elementos que podem facilitar a implementação das mudanças ou dificultá-las. Entender a cultura organizacional é um pressuposto das decisões que levam às mudanças. Mas, entendê-la como um elemento dinâmico que influencia o comportamento das pessoas e é influenciada por ele, é compreendê-la como um forte elemento mantenedor da estrutura de poder na organização. Portanto, a cultura organizacional não pode ser

compreendida como algo estático e determinista, mas como dinâmica, orgânica e pertencente ao contexto e à memória organizacional.

Por ser tão dinâmica e de difícil descrição, a cultura organizacional, muitas vezes, é desprezada pelos gestores nos processos de tomada de decisão. Essa atitude pode ter como resultante uma certa lentidão no processo de implementação da decisão, que até mesmo pode levar ao insucesso da implementação da decisão. Além da compreensão da cultura vigente, é necessário decidir qual a cultura desejada. A implementação da mudança cultural passa necessariamente por mudanças gerenciais *top-down* (de cima para baixo) e conseqüentemente por mudanças na estrutura de poder da organização. A prática gerencial é o mais forte elemento comunicador dos valores da organização. Por exemplo: não adianta uma organização querer instituir uma cultura voltada para a integralidade do processo de aprendizagem organizacional e de gestão se comunica por meio de suas ações gerenciais certa intolerância ao erro e fragmentação do processo decisório. Outro exemplo, não adianta uma organização discursar sobre a motivação dos trabalhadores e praticar um processo decisório extremamente centralizado e distante dos responsáveis pela operacionalização. A incoerência entre os valores contidos no discurso e os valores praticados provoca uma tensão e um ambiente de incerteza e insegurança que compõem uma cultura organizacional pouco favorável para processos de mudanças e de integração da gestão. Os gestores devem ter sensibilidade para observar as incoerências entre o discurso e a prática, visando reduzi-las. Essa sensibilidade é de difícil aprendizado, pois exige que o gestor consiga se distanciar criticamente do ambiente em que está submerso. Esse distanciamento permite que ele adquira um olhar estranho sobre a

própria realidade e com isso consiga identificar os paradoxos da cultura organizacional.

É natural encontrarmos gestores com comportamentos defensivos ou ufanistas em relação ao objeto de gestão de que são responsáveis. Por essa razão, é indicado que periodicamente um consultor externo seja responsável pelo diagnóstico da cultura organizacional e pelo apontamento dos problemas.

CULTURA POPULAR

É conhecida como aquela cultura anônima produzida pelas “pessoas comuns”. Diferentemente da cultura erudita, que é transmitida pela leitura e escrita ou por instituições oficiais, a cultura popular é geralmente transmitida pelos costumes e pela oralidade. Na hierarquia cultural, é considerada vulgar, inferior e simplória. Quase sempre identificada pelo folclore e artesanato, diz Oliveira. As discussões provocadas por movimentos multiculturalistas e interculturalistas, que consideram a diversidade cultural, têm provocado mudanças no sentido de reconhecer a importância da cultura popular na constituição dos sujeitos e das sociedades.

CULTURA, COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

Estes três termos compõem uma tríade de elementos que caracterizam e proporcionam a existência humana. A cultura é definida como o conjunto de valores, hábitos e costumes que permite ao humano socializar-se e viver em grupo. Ela é transmitida através da comunicação, que é o meio de transmissão de conteúdos. Os conteúdos podem ser formatados em várias linguagens. Portanto, trata-se de linguagens no plural, linguagem verbal e não-verbal, das imagens, dos sons, do corpo, dos sinais, das texturas, e tantas outras que são percebidas pelas sensações do nosso corpo e são interpretadas pela nossa capacidade de

percepção, compondo um sistema simbólico, ou seja, a cultura, como nos apresenta Geertz, é uma condição para a existência humana. Compreendida como linguagem, pode ser vista como um código, um sistema de comunicação, como um texto passível de ser lido e interpretado. Seu caráter dinâmico é percebido pelas interpretações, significados, símbolos diante de uma realidade permanentemente em mudança, ao mesmo tempo em que é extremamente rica em sua diversidade.

Geertz nos ajuda a compreender a cultura como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento que fornece o vínculo entre o que os sujeitos são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. Os humanos são, portanto, seres incompletos e inacabados que se completam por meio da cultura.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano é uma concepção que rompe com a lógica do desenvolvimento centrado no acúmulo de riquezas medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) em relação à população. Sua definição agrega outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Portanto, o desenvolvimento humano é resultante de um conjunto de condições objetivas e subjetivas que proporciona a qualidade de vida. Compreende, também, todas as potencialidades humanas em todas as sociedades e abrange o indivíduo em todas as etapas de desenvolvimento.

Essa concepção representa uma mudança paradigmática

defendida pelo economista indiano Amartya Sen – Prêmio Nobel de Economia de 1998 –, segundo o qual existem dez pressupostos: (1) a vida é o mais básico e universal dos valores; (2) nenhuma vida vale mais que a outra, pois todo ser humano tem direito ao acesso a certas condições básicas de bem-estar e de dignidade; (3) todo ser humano nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo; (4) para desenvolver o seu potencial, as pessoas precisam de oportunidades, sendo que as oportunidades educativas são aquelas que verdadeiramente desenvolvem o potencial humano; (5) o que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez; (6) por isso, além de terem oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas; (7) cada geração deve legar para as gerações vindouras um meio ambiente igual, ou melhor, àquele que recebeu das gerações anteriores; (8) as pessoas, as organizações, as comunidades e as sociedades devem ser dotadas de poder para participar das decisões que as afetem; (9) o caminho para a consecução de uma sociedade baseada nestes princípios é a afirmação dos direitos humanos individuais (civis e políticos) e coletivos (sociais, econômicos, culturais e ambientais); (10) o exercício consciente da cidadania é a melhor forma de fazer os Direitos Humanos transitarem da intenção à realidade. Cidadania entendida como direito de ter direitos e dever de ter deveres. Considerando os pressupostos apresentados, a dimensão cultural e o desenvolvimento humano são aspectos fortemente imbricados, pois têm como eixo aglutinador o ser humano. É a cultura que faz o ser humano, e é o ser humano que faz a cultura. Portanto, a cultura é um elemento estratégico para o desenvolvimento humano.

CULTURA E MEMÓRIA

Existe um consenso entre os diversos autores do campo da cultura de que há uma relação entre memória e identidade cultural. Essa relação tem como componente principal a concepção de memória coletiva.

Memória coletiva é compreendida como a principal memória no processo de constituição do sujeito social. Para alguns autores, ela é a principal porque não existe memória individual, apenas coletiva.

O indivíduo tem lembranças, mas mesmo a lembrança aparentemente mais particular possui um caráter particularista, remetendo a um grupo, a um contexto de interação. Para outros autores, a memória é pertencente à esfera individual e está carregada de material psicológico.

Sendo assim, uma questão fundamental acerca da memória coletiva, como fato social, seria a sua ancoragem para cada indivíduo. E, para se ter uma memória coletiva, é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória. Em resumo, a memória coletiva é formulada como uma apropriação do passado e pensada como uma fonte provedora de recursos para a construção de um futuro possível, sem perder de vista o embate de versões dos indivíduos, em alguns pontos convergentes, em tantos outros conflitantes. O passado deve ser pensado como a fonte para a construção, no presente, de uma memória que ancore identidades. E não pode ser visto como dotado de um estoque inesgotável, sujeito a qualquer apropriação. Por essa razão, é necessário termos cuidado ao tratarmos o passado como recurso de construção da memória, pois existem limitações nesse uso, dadas exatamente pela história dos acontecimentos. O passado fornece um universo de significados que é disputado conflitivamente, não existindo, portanto,

uma harmonia de versões. Essa diversidade deve ser contemplada no processo de uso da memória no presente, pois aflora significados que são apropriados por grupos e indivíduos diferentes. A memória como recurso de construção do conhecimento sobre o presente e o futuro, independentemente do debate sobre as várias versões, é um conhecimento profundo, diferente do conhecimento superficial partilhado pelo homem comum. Conhecimentos sobre o passado conferem ao seu portador autoridade. Esse sujeito instituído de autoridade sobre sua identidade cultural e seu processo de ser histórico torna-se mais capaz de fazer as disputas de idéias no presente. Essas possibilidades de apropriação do passado pela via do presente apontam para uma questão ainda maior: a construção de futuros possíveis. Assim, é no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações desse presente. É essa compreensão de memória coletiva que orienta as políticas e estratégias de armazenamento e esquecimento do passado. A construção dos museus, centros de memória e institutos históricos como depositários de uma concepção e versão da memória é indicativo deste movimento. O que se guarda e armazena é o que se quer lembrar, pois o não mais visto tende ao esquecimento. Podemos perceber museus, institutos históricos, casas de cultura, monumentos, entre outros, como lugares de memória, cuja função é exatamente manter ativo o pertencimento a determinado vínculo identificatório. Por essa razão, esses lugares devem ser democratizados, abrigando diversas versões sobre o passado. Devem, também, ter como finalidade a construção de uma identidade que seria, antes de tudo, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar

se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios, a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos.

CULTURA E QUALIDADE DE VIDA

A Organização Mundial da Saúde definiu qualidade de vida como a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive, considerando seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Sendo assim, a definição e os parâmetros avaliativos da qualidade de vida são possíveis segundo a interpretação do sujeito sobre sua vida e sua condição para a vida.

Essa reflexão se insere em um mundo simbólico que vem reforçar as diversas possibilidades de se conceber a si mesmo no mundo. Cada um é um e cada um se percebe no mundo de forma diferente. Portanto, não existe uma definição cabal sobre qual é a melhor qualidade de vida. Mas, existem tentativas de compreender os principais elementos inerentes a ela, dos quais destacam-se cinco dimensões: (a) campo físico: relacionada a dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; (b) campo psicológico; relacionada a sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; auto-estima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; (c) nível de independência: relacionado a mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho; (d) relações sociais: relacionadas a aspectos pessoais; suporte (apoio) social; atividade sexual; (e) meio ambiente: relacionada a segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais – disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação e oportunidades de recreação/lazer; ambiente físico – poluição, ruído, trânsito, clima, transporte, etc.

A cultura é uma dimensão importante no que tange à qualidade de vida. Primeiro, porque proporciona condições para se aprofundarem as reflexões sobre os parâmetros utilizados na interpretação sobre a qualidade de vida individual e coletiva, isso compreendendo cultura como processo da vida humana. Ou, ainda, a cultura proporciona uma síntese de todos os elementos que determinada sociedade considera como seu padrão de conforto e bem-estar.

Quando compreendermos a cultura como produto da vida humana, perceberemos que, quanto mais nos apropriamos dos bens simbólicos da nossa sociedade, mais nos aproximaremos da condição de resignificação da vida e de sua transformação. Esse processo por via da cultura ocorre no campo do lazer, do prazer, da felicidade, do espaço das experiências alegres, portanto, da vida para além das necessidades básicas e de sobrevivência.

CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social é um princípio ético que rege as organizações por meio de ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um conceito incipiente, e algumas vezes relacionado à caridade, ao assistencialismo, à benesse e a outras formas e práticas que não consideram a dimensão cidadã dos sujeitos, ou seja, não são sujeitos de direitos. Mas, também, é associada ao comportamento eticamente responsável, reconhecendo os direitos dos cidadãos e assimilando a complexidade dos problemas e a crítica à responsabilização apenas do Estado. Nesse caso, responsabilidade social compõe o código de ética de novo arcabouço de gestão da coisa pública.

O acesso aos bens e serviços culturais é uma estratégia de democratização dos valores, hábitos e conhecimentos utilizados nos processos de sociabilidade das pessoas e grupos. Portanto, a

cultura compõe uma agenda de responsabilidade social em que Estado, empresas e organizações da sociedade civil, comprometidos com a mitigação das consequências da crise social e com o estabelecimento do sujeito cidadão, contribuem com a democratização do acesso aos bens e serviços culturais, preservação do patrimônio histórico e cultural, reforço da memória como processo de constituição do presente e valorização dos diversos modos de vida que se constituem nas localidades e regiões.

DIFERENÇA E DIVERSIDADE CULTURAL

O privilégio arbitrário da cultura euro-ocidental (branca, masculina, cristã, capitalista, cientificista, predatória, racionalista, que vem silenciando outras culturas e tratando-as como inferiores) vem sendo questionado desde o relativismo de Boas e a sua antropologia cultural até os dias de hoje. A globalização, apesar da sua pretensão de homogeneizar o planeta Terra, vem provocando um movimento contrário, no qual as lutas de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento das diferenças, como o multiculturalismo, o interculturalismo e o respeito à diversidade cultural dos povos, têm recebido destaque.

DISCRIMINAÇÃO

Para Gonçalves e Lopes, o conceito de discriminação é diretamente ligado ao de preconceito. Quem discrimina certamente tem preconceito e o leva às últimas consequências. Discriminar é passar à ação. O indivíduo torna real o seu preconceito, não fica só na sua (in)disposição interna contra alguém ou grupo; ele passa aos fatos. Sua atitude exclui, marginaliza, hierarquiza, rompe com todo o sentido de solidariedade humana.

ECOSSISTEMA SUSTENTÁVEL

Nem tudo na Terra tem vida pulsando. A biosfera

é a parte do planeta capaz de sustentar a vida e compreende algumas centenas de metros abaixo da superfície e vai do fundo do mar até dez mil metros de altura, abarcando a atmosfera (ar), a hidrosfera (água) e a litosfera (solo). Na biosfera (seres vivos), observam-se vários ecossistemas que são unidades da natureza, onde as comunidades bióticas, como plantas, animais e microorganismos, interagem com os fatores ambientais não-vivos, ou abióticos, como umidade, radiação solar, solo, entre outros.

Os ecossistemas variam de tamanho e características, podendo ser terrestres, aquáticos, como o de manguezal, e assim por diante.

Os biomas são os ecossistemas terrestres que se distinguem pela conformação da flora, como é o caso no Brasil da floresta amazônica no norte do País ou da caatinga no nordeste.

A noção de ecossistema sustentável deriva dessa capacidade de autopreservação de um sistema que resiste às pressões ambientais e antrópicas (ou seja, aquelas provocadas por intervenção humana). Enfim, a sustentabilidade de um sistema está relacionada à idéia de harmonia e perpetuação da vida. Foi em 1968, com base no documento do Clube de Roma, que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. A humanidade possui a capacidade de alcançar um desenvolvimento que seja sustentável, isto é, que garanta que o desenvolvimento satisfaça as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às próprias necessidades.

Uma sociedade sustentável busca prosperidade econômica, aliando preservação ambiental, equidade social, respeito à cultura e envolvimento da comunidade. Esse conceito foi consagrado na Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a ECO/92. Ela ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, reuniu 176 países e gerou um conjunto de proposições conhecidas como Agenda 21.

EMPREENHIMENTOS CULTURAIS

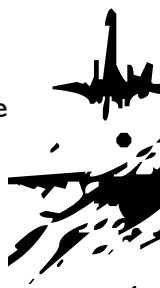
O gestor de lazer, além de estar envolvido num trabalho que favorece o desenvolvimento de aspectos corpóreos, lúdicos e afetivos, para ficar apenas nesses elementos pessoais, precisa estar atento para o fato de que o lazer como um negócio é, portanto, uma atividade econômica como outra qualquer, ou seja, o lazer é parte de um complexo de produção de bens culturais de grande dinamismo com alta capacidade de geração de empregos. Em países desenvolvidos como os da Europa, Estados Unidos, Canadá e Austrália, o setor da cultura tem apresentado evolução progressiva. Nesses países, as boas condições de vida e os desafios tecnológicos têm tornado o campo cultural como um setor do futuro.

O sistema de produção cultural abarca as fases de produção, distribuição, comercialização e consumo do produto cultural. E o que caracteriza esse ramo econômico? No setor de serviços, temos as seguintes atividades: diversões/entretenimentos, radiodifusão e televisão (inclui rádios, televisões, parques de diversão, cinemas, teatro, promoção de espetáculos e similares). Na indústria, são três os componentes: indústria gráfica e editoras; indústria do artesanato; e indústrias de transformação (jóias, instrumentos musicais, brinquedos, fotografia, aparelhos fonográficos...).

Se do ponto de vista conceitual entendermos a cultura como uma dimensão mais alargada que apenas arte e entretenimento, podemos incluir todo o sistema de ensino e pesquisa científica como parte desse universo, agregando os profissionais que atuam nas escolas, universidades e centros tecnológicos e de pesquisa.

ESPORTE COMO CULTURA

Prática cultural que possibilita o desenvolvimento pessoal e a participação social significativa, o esporte



é também fenômeno sociocultural expressivo, meio de educação, de cultivo da saúde, de comunicação e da sociabilidade.

Na sociedade de consumo, o esporte transformou-se em espetáculo, diversão/entretenimento, que alavancam interesses econômicos, políticos, sociais, ciência e tecnologia, abrangendo suas formas competitivas de alto rendimento e de lazer.

Como prática de alto rendimento, para Kunz, o esporte é cultura caracterizada pelos princípios da: sobrepujança (busca de vitória sobre o adversário); comparações objetivas (padronização dos espaços, locais de disputa, desenvolvimento de normas e regras universais, repetições mecânicas), do selecionamento (seleção dos jogadores pelas suas habilidades, idade, sexo e biotipo físico), da especialização (redução do repertório de ofertas em relação às modalidades esportivas para se obter maior grau possível de rendimento) e da instrumentalização (diz respeito aos acréscimos na *performance*, às regras e aos métodos que levam ao melhor rendimento). Analisando o esporte na perspectiva cultural lúdica, Kunz o considera como prática a ser construída com a participação de quem a vive numa situação significativa de autonomia e prazer. Como produção histórica, representa um acervo rico em experiências culturais construídas pelas suas diferentes modalidades individuais e coletivas, que revelam a criatividade humana na busca de níveis e formas diferentes de *performance* e de participação coletiva, revelados na (re)criação de regras e táticas para as ações coletivas; técnicas corporais e tecnologias que superam desafios postos pelo uso do tempo, do lugar, dos materiais e ambientes específicos a cada modalidade.

ESTADO-NAÇÃO, CIDADE E COMUNIDADE

Estado, muitas vezes, é confundido com território de um governo ou até mesmo com estado

federado. Mas Estado com E maiúsculo refere-se a uma entidade histórica que encarna princípios de unificação coletiva e cultural, de identidade e de direitos de povos diversificados pela raça, pela cultura ou pela geografia e que integram a grande diversidade do mundo, conforme diz Manuel Cambeses Júnior. É o poder constituído por meio de mecanismos legitimadores que, no caso do Estado liberal, modelo brasileiro, passam pelo equilíbrio entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, regidos por uma constituição federal e pela rotatividade das pessoas na representação do poder, eleições. O Estado é legitimado para exercer a cobrança de impostos no cumprimento da lei, visando ao bem-estar da coletividade. Portanto, é responsável pelo exercício dos direitos e dos deveres. A cidade é uma dimensão espacial que é metaforicamente definida por Raquel Rolnik como um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra as pessoas. As transformações históricas das cidades são movidas pelo comportamento do poder estatal e pela configuração do sistema econômico. Notamos que as revoluções industriais são responsáveis pela estrutura de cidade que temos hoje. Cidades se transformaram na dinâmica do desenvolvimento econômico e industrial, cresceram em torno das indústrias e se estruturaram segundo os setores econômicos. Essa dinâmica centrada na indústria não é mais uma realidade inexorável, assim como o poder estatal também não é tão centralizado como antes. Além das mudanças citadas, que são questões importantes na tentativa de definir o que é cidade, observamos, também, que a dimensão urbana e a rural dos municípios são definições em aberto, apesar do arcabouço legal, pois essas abrangências já se fundiram em muitas localidades, obrigando os pesquisadores a rever os conceitos e solucionar as imensas contradições existentes.

Atualmente, vivemos em cidades que usufruem os setores econômicos organizados geograficamente, como as indústrias, e por setores que se organizam sem centralidade territorial ou se organizam virtualmente/pulverizadamente. Essas mudanças ocorrem concomitantemente ao processo de descentralização do poder estatal, ou seja, os municípios tornaram-se instâncias privilegiadas nos processos de tomada de decisão sobre os rumos da população, além de ser o foco do investimento dos recursos públicos. Essas transformações são profundas e significativas e nos levam a observar cuidadosamente a dinâmica desse processo. Ainda é cedo para afirmar sobre suas conseqüências, mas é possível identificar um reforço nas condições para o exercício pleno da cidadania. Portanto, a cidade é o primeiro espaço do agir cidadão. A comunidade é uma definição que pode ser estabelecida segundo uma referência geográfica, assim como uma referência simbólica – identidade de grupo. Nessa amplitude, cabem as definições por parte das instituições e das sociedades científico-acadêmicas e até no meio-popular. Conforme William César Castilho Pereira, comunidade é um agrupamento de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica ou território (rural ou urbano) cujos membros têm alguma atividade, interesse, objetivo ou função em comum, com ou sem consciência de pertencimento, e de forma plural, com múltiplas concepções ideológicas, culturais, religiosas, étnicas e econômicas. Também se pode definir comunidade na lógica da estratificação social e do processo de identificação como caracterizada por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos, subgrupos dentro da sociedade, percebido ou se percebendo como diferente, em alguns aspectos, da sociedade mais ampla. Nesse caso, não prevalece a lógica da proximidade geográfica e, sim, a lógica simbólica da identificação.


ESTILOS DE VIDA

Como ressalta Featherstone, “estilos de vida” é uma expressão que, com as transformações contemporâneas, deixou de ser concebida como conjunto relativamente fixo de disposições, gostos e práticas culturais que demarcavam fronteiras entre grupos para, na cidade contemporânea, se constituir de maneira mais dinâmica. Em decorrência, o estilo de vida não mais se constrói com base nas relações de classe ou de vizinhança, mas na dinâmica do cotidiano, em que a coerência e a unidade dão lugar à exploração de experiências transitórias com efeitos diversos.

Os estilos de vida da contemporaneidade, com suas características especiais, falam de um mundo em que, para poder produzir e construir, os atores sociais devem “reconhecer-se” na identidade que constroem ou naquela que lhes é imposta pela multiplicidade de pertencimentos sociais e sistemas de regras que o governam. A sociedade contemporânea influi na construção dos estilos de vida, definindo sentidos e orientações da ação individual por meio de processos capilares, diferenciados e pontuais de difusão de modelos simbólicos.

Mas, também, nesse mesmo contexto, os atores sociais criam formas de viver em comum, segundo suas culturas. Nas suas interações grupais, vivem papéis diferentes, fazem negociações diversas e cada vez mais atribuem importância ao afeto na vida social. Os grupos, “tribo” como diz Maffesoli, revelam estilos de vida criados pela solidariedade, vivência intensa de empatia, afetividade imediata e, também, controle.

Neste mundo de fluxos globais de riqueza, imagens e poder, tão repleto de opções e, ao mesmo tempo, tão constrangedor, os estilos de vida, segundo Giddens, revelam que, quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes,



o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilos de vida.

Além disso, tais escolhas não são apenas aspectos “externos” ou marginais das atitudes dos indivíduos, mas que definem suas identidades. Isso porque, ao lado da homogeneização provocada pela globalização econômica e cultural, acentuam-se diferenças, conflitos e desigualdades sociais.

ETNOCENTRISMO

Visão em que se apresenta uma etnia no centro de tudo e de todos, como se a cultura desse grupo fosse a única possível e aceitável. Está presente em todas as sociedades. Superar o etnocentrismo é o desafio da Antropologia desde sua gênese como ciência, uma vez que ele dificulta a compreensão de outras culturas e até da nossa própria. Ao considerarmos como universais e verdadeiros os costumes e valores criados por nosso povo ou grupo social, demonstramos o quanto somos todos etnocêntricos. Idéias que são discutidas por autores como Rocha, Laraia e LaPlantine.

ETNOGRAFIA

É uma metodologia de pesquisa criada por Franz Boas, antropólogo alemão radicado nos EUA, nas primeiras décadas do século passado, a qual prevê a coleta direta, e o mais minuciosa possível, dos fenômenos observados em campo. Demanda a permanência do pesquisador em campo por um período prolongado e o registro dos dados em “diários de campo”, fotos e/ou filmagens são instrumentos para posteriores análises.

EVENTOS CULTURAIS

O que caracteriza cada evento são os tipos de ação e participação que oportunizam de modo coerente sua intencionalidade.

Desse modo, uma política de lazer fundada em

princípios cidadãos e lúdicos irá contemplar a promoção de eventos que busquem assegurar vivências educativas, sensibilizadoras para os fins que anuncia.

Nesse contexto, os eventos, especialmente os propostos e realizados no campo do lazer, em nossa cultura, representam tempos e espaços educativos e lúdicos, importantes pelo potencial que têm, não só para a mobilização, a integração e a socialização de sujeitos, assim como para a troca de experiência entre população, profissionais e instituições. São fundamentais, também, para ampliar as oportunidades e possibilidades educativas de programas e projetos, podendo contribuir para a sensibilização sobre a importância do lazer. Além disso, são fundamentais na divulgação de projetos e na celebração de suas conquistas. Nessa perspectiva, os eventos representam espaço de socialização de conhecimentos, de articulação teórica/prática dos conteúdos, de divulgação de resultados de nossos programas e projetos, bem como possibilidade de ressignificação dos tempos e espaços educativos vividos nas ruas, quadras, ginásios, parques, pátios, praças e outros espaços urbanos.

EXPERIÊNCIA

As experiências participam da construção de identidades dos sujeitos e das práticas sociais e culturais.

Dubet analisa a experiência, simultaneamente, como um tipo de objeto teórico e um conjunto de práticas socioculturais características de dada sociedade. Maneiras de construir o real em situação de co-presença na interação comunitária. Práticas construídas com base em um certo sistema de regras e uma cultura que defina a capacidade crítica, criativa e de ação do grupo. Cada um desses aspectos pode ser decomposto em vários elementos que definem os princípios de identidade

da experiência vivida. Nela, cada ator põe em jogo uma definição de si mesmo, da natureza da sua relação com o outro e daquilo que está em jogo nessa relação, lógicas que, necessariamente, não se hierarquizam no seio de cada sociedade.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

A cultura é um campo privilegiado de produção e criação humanas, da sua imaginação, sensibilidade, inteligência, linguagem, religião, dos seus instrumentos de trabalho, suas formas de lazer, seus sistemas de relações sociais, de parentesco e de poder. Compreendida como um sistema de comunicação, percebemos o caráter dinâmico da cultura na produção de interpretações, significados e símbolos diante de uma realidade permanentemente em mudanças e extremamente rica em sua diversidade.

São inúmeras as possibilidades das experiências culturais nos diversos campos artísticos, entre outros, como da música, da poesia, da dança, das artes cênicas e artes plásticas – em que se recriam linhas e cores por meio de formas bidimensionais (desenho, pintura e gravura) e volume feitos de variados materiais, ressaltando-se o conceito 3D = tridimensional (escultura, instalação, objeto). Todas essas experiências manifestam-se por meio de formas expressivas espontâneas, ou seja, produzidas para o deleite de quem pratica a ação, ou utilitárias, isto é, comercializadas como bens e espetáculos de teatro, cinema, dança, circo, rádio, esporte, televisão, etc. Ambas as formas expressivas reúnem conjunto de modos de ser, de técnicas, habilidades, destrezas, enfim, de qualidades específicas reveladoras de talentos, beleza, potencial criativo de artistas, assim como saberes, tecnologias, engenhosidade humana na construção das obras produzidas.

FESTAS

A Antropologia nos ajuda a compreender que a festa não se restringe a comemorações de datas importantes para um determinado grupo social. Elas são, na verdade, manifestações carregadas de sentidos e significados.

Roberto DaMatta afirma que todas as sociedades alternam suas vidas entre rotinas e ritos, trabalho e festa, corpo e alma, coisas dos humanos e assunto dos deuses, períodos ordinários e festas, rituais, comemorações, milagres e ocasiões extraordinárias. Mostra como esse arranjo, historicamente dado, de elementos – objetos, relações, vestimentas, espaços, valores, personalidades e mitos – constitui a identidade de um povo e, no caso do Brasil, transforma-o em vários brasis. Em Carnavais, malandros e heróis, este autor faz uma leitura socioantropológica belíssima sobre o carnaval e analisa as contribuições desse fenômeno para melhor compreensão do povo brasileiro.

Pérez afirma que a festa é uma presença constante em nossas vidas, que não pode ser vista como mero divertimento das classes populares ou como sobrevivência de certos arcaísmos tradicionais. Desse modo, a festa estaria reduzida, pois é criadora da própria humanidade. Nela, o indivíduo vive o tempo das emoções intensas e da metamorfose do seu ser. Por isso, é revigorante. Vivemos da recordação da festa e na expectativa de outra. A festa tem uma realidade e uma dinâmica próprias – o que permite tomá-la como objeto para conhecer as variadas formas de viver a experiência humana em sociedade. Instaure e constitui outro mundo, outra forma de experienciar a vida social, marcada pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos e das emoções.

Entender a dinâmica e a realidade próprias dos festejos promovidos pelos sujeitos e pelas comunidades é adentrar num mundo simbólico,

como nos convida Vianna em *O mundo funk carioca*. O autor nos mostra como o culto ao corpo ganha dimensões particulares nos bailes *funks* da periferia carioca, envolvendo desde o modo de se comportar nos galpões destinados ao baile, as vestimentas dos homens e das mulheres, os passos da dança, no ritmo alucinante proporcionado pelas músicas e suas letras eróticas, selecionadas pelos DJs e, ainda, como todos esses elementos possuem significados também próprios e identitários para os grupos que o frequentam.

Num sobrevôo pelo nosso país, vamos perceber diferentes possibilidades de os corpos se expressarem nas festas populares, envolvendo a música e a dança. A complexidade dos gestos, dos passos, dos mais variados ritmos, presentes nos corpos que vivem o samba, o frevo, o maracatu, o boi-bumbá, o forró, o axé music, o congado, o candomblé, a marajudada, entre tantas outras, constitui a identidade do povo brasileiro e nos traz a diversidade de conhecimentos e a riqueza de manifestações e vivências corporais que precisam ser consideradas em nossas ações profissionais. Não tematizar essas manifestações, e, mais grave ainda, substituí-las por outras de culturas dominantes, como é o caso do *haloween* (festa típica americana em comemoração ao dia das bruxas), é negligenciar aos sujeitos o acesso aos bens culturais desse rico e imenso país.

A festa tem se tornado cada vez mais objeto de estudos, principalmente da Antropologia, tendo como principais referências os estudos de Durkheim, Bataille, Mauss, Callois, Duvignaud. No campo do lazer em nosso país, foi objeto de estudos de Rosa, ao analisar as interações entre os corpos turísticos no carnaval de Ouro Preto (MG); e de Queirós, ao analisar como a tradição da Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon foi “reinventada” pelas práticas de lazer institucionalizadas daquela cidade, para ficar com alguns exemplos.

FOLCLORE

Folclore é uma palavra inventada da fusão de outras duas (*folk-lore* – saber tradicional de um povo), usada pela primeira vez em 1856 em uma carta escrita pelo inglês William John Thoms para uma revista londrina, ao citar os costumes e as tradições populares. Os estudiosos do tema não se apropriaram prontamente da expressão. Passados 32 anos de seu uso na carta, os ingleses fundaram a Sociedade do Folclore, considerando como objeto de seus estudos: as narrativas tradicionais, os costumes, os sistemas populares de crenças, superstições e formas populares de linguagem. Escrito com letra minúscula, passou a significar o saber do povo, e com maiúscula, o saber erudito que estuda o saber popular. Desde então, em vários países do mundo, convive-se com a dificuldade de definir, com clareza, o que é folclore.

No Brasil, o I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, reconhece-o como integrante das ciências antropológicas. A polêmica permanece, entretanto, ao se definir o que vem a ser um fato folclórico. Veja, por exemplo, no caso da música: um CD de qualquer cantor popular será considerado folclórico se contemplar músicas da tradição popular? A criação do folclore é pessoal, porém sua reprodução ao longo do tempo tende a ser coletivizada, e a autoria passa a ser de “domínio público”. O fato folclórico torna-se absorvido pela comunidade, porque é aceito por ela e incorporado ao seu universo cultural que, muitas vezes, modifica-o e transforma-o. Dessa maneira, pode-se perceber sua dinamicidade. É curioso notar que, mesmo quando um fato folclórico é renovado por necessidade de adaptação a novos contextos, ou pela iniciativa criadora de seus participantes, os elementos e a estrutura são preservados por muito tempo. Isso é possível, principalmente, por ser transmitido de pessoa a pessoa, grupo



a grupo, geração a outra, segundo os padrões típicos da reprodução popular do saber, ou seja, oralmente, por imitação e em situações não-formais de ensino-aprendizagem, como mostra Brandão. Diante dessas colocações, é imprescindível que se considere o folclore como uma importante dimensão da cultura, principalmente no que tange às tradições e manifestações populares, uma vez que toda manifestação cultural é autêntica em si mesma.

FUNDAMENTALISMO

Entende-se por “fundamentalismo” toda e qualquer doutrina ou prática social que busca seguir determinados “fundamentos” tradicionais, geralmente baseados em algum livro sagrado ou práticas costumeiras. Todo fundamentalismo tende a uma absolutização do “eu”, do “ego” em detrimento do “outro”. Deixa-se de perceber que, humano, o “outro” é em verdade um “outro eu” e termina-se por não reconhecer a validade do ponto de vista do outro.

Este é um dos maiores problemas da atual globalização. No período das invasões romanas, todo o mundo não-romano era considerado “bárbaro”, portanto indigno de considerações e diálogo. Na colonização portuguesa sobre o Brasil, os povos deveriam ser chamados de “índios” e, ainda, os negros, trazidos em cadeias para ser colonizados. Presentemente, o poderio econômico norte-americano já globalizou vários países, entre eles o Brasil que, atrelado ao receituário do FMI, está sujeito ao ocorrido na Argentina.

Segundo estudos de Chaves, as nações islâmicas – particularmente aquelas que se assumem como “fundamentalistas” – são mais refratárias à globalização norte-americana, portanto estão sendo globalizadas à força. Para eles, o “fundamentalismo de mercado”, que reconhece o Capital como Deus Supremo e pauta-se por uma desconsideração

total por fatores de cunho social-humanitário, é absolutamente inaceitável, uma vez que um dos primeiros preceitos do Islã é: “Existe um único Deus”, que é precisamente o Deus de Moisés, Abraão, Isaque e Jacó.

No fundamentalismo de mercado, pouco se considera a religiosidade, exceto se corroboradora ou homologadora do mercado e do apego às posses materiais como meta suprema; no fundamentalismo islâmico leva-se a religiosidade mais a sério. Para o muçulmano (mesmo o não-fundamentalista), só Deus possui. Ao ser humano é dado gerenciar, tão sabiamente quanto possível, os dons e dádivas advindas da divindade. “Naturalmente”, o fundamentalismo islâmico, por romper com os marcos da globalização burguesa da era moderna, ou seja, por romper com os propósitos do fundamentalismo de mercado, tornou-se desinteressante ao capitalismo e ao socialismo. Daí que as revoluções islâmicas no Irã e no Afeganistão geraram intervenções externas agressivas desde o seu início. Contra o Irã, buscou-se aparelhar o Iraque a destruí-lo (sem sucesso, enfatize-se). Contra o Afeganistão, a então União Soviética perdeu-se nos descaminhos das montanhas, desfiladeiros e cavernas que protegem aquela Nação, já conhecida dos povos do mundo como “sepultura de invasores”. Os fundamentalistas de mercado, por sua vez, armaram o Talebã (ou Teleebã, ou Taleban, ou Taleeban, ou Talibã, ou Taliban, como se prefira a grafia em português) contra o “invasor” soviético. Os estrategistas de Washington avaliaram que o fundamentalismo islâmico poderia ser aliado do fundamentalismo de mercado. Este erro de avaliação é um dos maiores motivos da guerra hoje em andamento e que a todos preocupa.

Pode-se dizer, ainda, de um fundamentalismo evangélico. Pratica uma forma de religião que

nasce contra o catolicismo especificamente para corroborar e homologar o capitalismo (é a forma religiosa do fundamentalismo de mercado em sua versão mais acabada) e, como todo fundamentalismo, não aceita argumentações racionais voltadas à viabilização de um diálogo. Condenam vigorosamente o misticismo e a idolatria. De todas as formas de fundamentalismo hoje vigentes no mundo globalizado pelos norte-americanos, o fundamentalismo de mercado é o mais cruel. Com o fundamentalismo evangélico a homologá-lo na dimensão religiosa, vemos a Nação mais poderosa do mundo submeter e massacrar todos os povos da Terra, culminando com uma guerra insana contra uma das mais pobres do planeta, sem que possamos fazer absolutamente coisa alguma, a não ser deixar o nosso protesto registrado.

GÊNERO

O termo gênero, presente em algumas línguas indo-européias, é utilizado para designar indivíduos de sexos diferentes. Entretanto, esse termo passou também a englobar todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens. Como gênero refere-se a uma construção social e histórica de sujeitos masculinos e femininos, é imprescindível entender que há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade, dependendo dos diferentes modelos, idéias e imagens de homem e de mulher, as quais os diferentes grupos sociais, religiões, etnias e idades cultuam. Além disso, essas diferentes construções de gênero numa dada sociedade vão se transformando ao longo dos tempos. Embora gênero seja uma construção social e histórica, existe nela um componente biológico. Isso porque há uma forte relação entre o social e o biológico, um jeito de ser masculino e um

feminino, com atitudes e movimentos corporais próprios, socialmente entendidos como naturais de cada sexo. Na nossa cultura, praticamente, todo movimento corporal é distinto para os dois sexos, por exemplo: andar balanceado é assumido como feminino, enquanto dos homens espera-se um caminhar mais firme – palavra que vem associada ao seguro, ereto e resoluto.

Assim, ao longo da vida, por meio das mais diversas instituições e práticas sociais, constituímos-nos como homens e mulheres, num processo que não é linear nem harmônico.

É importante destacar que gênero é uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que busquem romper tanto com algumas das formas de organização social vigentes quanto com hierarquias e desigualdades delas decorrentes. Por esse motivo, as análises e intervenções empreendidas necessitam ter como referência as relações de poder entre homens e mulheres e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como sujeitos.

GESTÃO CULTURAL/GESTOR CULTURAL

Ao lado da figura do animador cultural, que surge por inspiração comunitária, a indústria cultural foi gerando uma ocupação profissional com atribuições semelhantes conhecida como produtor cultural. A cultura de massas é parte de um sistema de mercado no qual se coloca a questão das competências específicas e no qual a eficiência técnica se faz necessária.

Como consequência, surgiu a necessidade de formação de profissionais responsáveis pela administração e gestão das instituições realizadoras de produtos culturais. Produção no meio cultural ainda é um termo impreciso, que engloba todo o sistema administrativo, gerencial, operacional e

comercial de um produto cultural. O que não for artístico ou criativo é produção. Ultimamente, tem ocorrido a convergência de profissionais egressos das áreas de planejamento, pesquisa, *marketing*, finanças, recursos humanos, entre outras, fortalecendo a figura profissional do produtor ou gestor cultural.

Um gestor cultural, que vai além da sua atuação específica, ampliando a cidadania ao desenvolver ações socioeducativas, precisa desenvolver habilidades para lidar com projetos culturais, tendo em vista o desenvolvimento de iniciativas que enriqueçam a atividade – fim à qual está vinculado. Necessita de conhecimentos diversos sobre como contratar um grupo artístico, produzir um evento ou captar recursos pelas leis de incentivo à cultura, ferramentas importantes para um gestor criativo e empreendedor.

São inúmeros os desafios que se apresentam em termos de novos conhecimentos ao desenvolver atividades para públicos especiais: idosos, deficientes físicos, crianças, juventude, trabalhadores, entre outros, que demandam estratégias específicas de abordagem e identificação das aspirações culturais. São necessários conhecimentos sobre os diferentes campos de ação cultural e as técnicas de trabalho, sobre possibilidades de vivências nos diferentes espaços físicos disponíveis às práticas culturais desejadas, intercâmbio de experiências, formatação de projetos, conhecimentos de leis e possibilidades de captação de recursos e constituição de parcerias.

GESTÃO EM REDE

A definição de gestão em rede passa pela definição de ação em rede, resguardando as especificidades da gestão. Trata-se da mudança do paradigma das metodologias clássicas de gestão que partem de princípios organizativos extremamente cartesianos, uma concepção linear, em geral verticalizada

em função da vertente de autoridade, com base burocrática e que, mesmo com estas características, também pode alcançar alguma eficiência, ainda que com muita dificuldade e pouco sucesso. A gestão em rede se estrutura em organizações em rede que impõem grandes transformações nas interações entre os indivíduos – sujeitos e objeto do trabalho de gestão, por meio da adoção de tecnologias de comunicação.

GLOBALIZAÇÃO

Processo pelo qual a população do mundo se torna cada vez mais unida em uma única sociedade. Este termo só foi amplamente disseminado a partir dos anos 80 do século passado, provocando mudanças com alta carga política. O conceito é controvertido, pois indica que a criação de uma sociedade mundial já não é projeto de um Estado-nação hegemônico, e, sim, o resultado não-direcionado da interação social em escala global.

No campo da cultura, as possibilidades de comunicação e recepção instantânea de sons, imagens e vozes distantes alteram as percepções locais e a capacidade das comunidades perceberem-se e inserirem-se no mundo. No campo das empresas, as estratégias passam a ser dirigidas para potenciais mercados mundiais, e as multinacionais (com seu centro de filiais espalhadas) dão lugar às empresas transnacionais, que, em tese, não se encontram conectadas a nenhuma nação em particular. Para os economistas, a globalização associa-se à dissolução das barreiras nacionais e à operação de mercados de capital, resultando em negócios simultâneos nos principais mercados do mundo, de forma que o movimento deles encontra-se fora do âmbito de controle de qualquer agência nacional (daí se falar em diminuição do poder dos Estados-nação). A globalização liga-se, também, ao avanço do multiculturalismo, à demanda por pluralismo cultural em estados unitários e a movimentos de

autodeterminação nacional. Evoca, ainda, a sensação de um “destino comum” para a humanidade, sensação esta potencializada pelo crescimento da visibilidade das questões relacionadas ao meio ambiente global e ao ativismo político, que cada vez mais cruza as fronteiras nacionais com a mobilização mundial de movimentos sociais.

HIBRIDISMO (CULTURAS HÍBRIDAS)

Para Stuart Hall, é a fusão entre diferentes tradições culturais. As culturas híbridas, como são chamadas, constituem um dos diversos tipos de identidades frutos da era da globalização. Em toda a parte estão surgindo pessoas que emigram de sua terra natal, atravessam fronteiras naturais e passam a viver em outras localidades. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem, suas tradições, linguagens e histórias particulares, porém não têm a ilusão de retorno ao passado. São obrigadas a negociar com novas culturas, apropriar-se de sua linguagem e costumes, sem serem, no entanto, assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas são o produto de várias histórias e culturas interconectadas, de novas migrações pós-coloniais. São pessoas que devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas.

IDENTIDADE

Stuart Hall afirma que o conceito de identidade é bastante complexo, pouco desenvolvido e compreendido nas Ciências Sociais. Segundo este autor, pode-se dizer que existem três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A concepção de sujeito do Iluminismo era bastante individualista, pois estava baseada numa concepção de pessoa humana totalmente centrada no seu

próprio núcleo interior. A identidade nascia com o sujeito e com ele se desenvolvia, permanecendo essencialmente a mesma ao longo da existência do indivíduo.

A noção de sujeito sociológico demonstrava a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele. O “outro” mediava para o sujeito os valores, sentidos, símbolos (a cultura) dos mundos que este habitava. A identidade, portanto, articula espaço entre o interior e o exterior. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos mais unificados e estáveis. Para muitos estudiosos, os mundos culturais estão mudando, e, por conseguinte, a identidade.

O sujeito está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. O processo de identificação, por meio do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tem se tornado provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, considerado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Assim, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades essas que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Este processo tem provocado, segundo este mesmo autor, uma “crise de identidades”, uma vez que estamos vivendo transformações em relação ao gênero, sexualidade, classe, etnia, nacionalidade, entre outras. Estas estruturas, no passado, forneciam sólidas localizações para todos nós como indivíduos sociais, e suas mudanças estão abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados, trazendo uma sensação de perda de um “sentido de si”.

IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL

O que faz o Brasil, Brasil? é o título de um livro de Roberto DaMatta, um dos antropólogos que há décadas vem mergulhando na pesquisa da alma brasileira. A discussão remonta a clássicos como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Por mais diversa e heterogênea que seja a face do povo brasileiro, existe um traço peculiar que caracterizaria a nossa brasilidade? Como falar da identidade nacional e não cair em imagens estereotipadas?

Até nos indivíduos as identidades são fragmentadas, manifestadas de forma parcial nos diversos contextos. E nesse mundo globalizado, com o aumento da complexidade social, essa perspectiva torna-se mais difícil ainda. Um grande desafio.

O Brasil não existe espontaneamente como nação.

O que ocorre é uma unidade dinâmica que se refaz constantemente através do território, da língua, da miscigenação do povo, das normas de convivência, da produção material e de uma expressão cultural.

Essa identidade é extremamente fugaz e instável, muitos elementos contraditórios convivem um com o outro. A cultura brasileira é na verdade plural.

A música brasileira é reconhecida no Exterior como uma marca da nossa brasilidade. Então, vamos nos servir dela como espelho na busca da nossa auto-imagem. "Moro num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza, mas que beleza, em fevereiro tem carnaval, tenho um fusca e um violão, sou Flamengo e tenho uma nega chamada Tereza".

O ídolo Jorge Ben foi de uma extrema felicidade ao compor essa canção há cerca de trinta anos.

Uma pesquisa do SEBRAE de 2002, "Cara brasileira – um caminho para o 'made in Brazil'", apontou os seguintes elementos constitutivos de nossa identidade: "A cara do Brasil é uma amálgama cultural composta pelos recursos naturais e pelo sol (país tropical), mas também pelas festas

populares (carnaval) e religiosas (abençoado por Deus) e outras manifestações incorporadas ao modo de viver popular: a música (violão), o futebol (Flamengo), o papel das mulheres na sociedade (a nega Tereza)." As dimensões continentais, a mistura de raças, a existência de culturas diversas, a coexistência de populações indígenas e de pessoas com acesso a padrões de modernidade e desenvolvimento comparáveis àqueles das sociedades tecnológicas criam no Brasil fortes contrastes que não encontram paralelo no mundo.

INDÚSTRIA CULTURAL

Fruto da modernidade e do sistema social gerado a partir da revolução industrial, o conceito foi publicado pela primeira vez em 1947, pelos filósofos marxistas alemães, fundadores da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, no livro *A dialética do iluminismo*, fragmentos filosóficos. Nesta obra, os autores analisam o complexo processo em que a arte vira um negócio, em que as necessidades são padronizadas e manipuladas por uma racionalidade técnica repressiva que rege as sociedades capitalistas industrializadas. Os princípios da industrialização foram transferidos para o campo das artes, o que inspirou estes autores a criarem o termo "indústria cultural". Assim, a arte é transformada por efeitos técnicos e mistura a ficção com o real, acabando com a espontaneidade e a imaginação das pessoas, como afirma Padilha.

A indústria cultural é, portanto, uma estratégia capitalista que visa transformar a arte e também o lazer em objetos de desejos, de prazer e felicidade. Porém, estas sensações serão sempre momentâneas, pois, uma vez saciado um desejo, a própria indústria cultural se encarregará de criar outros, provocando uma frustração permanente nos sujeitos. É por esse motivo que certamente



teremos dificuldades em lembrar qual foi a música *hit parade* do verão passado, ou mesmo quem eram os protagonistas da última telenovela.

A indústria cultural baseia-se no divertimento, e o poder que ela exerce sobre os consumidores está justamente nessa sua capacidade. Desse modo, os produtos são popularizados, manipulados e prontamente liberados para o consumo.

Os instrumentos da indústria cultural (TV, cinema, rádio, revista: os meios de comunicação de massa) tornam-se veículos de propagação desses produtos. Assumem os papéis de válvula de escape para os trabalhadores, que exercem tarefas mecanizadas e cansativas no trabalho; e de alienação para a camada da população que não tem acesso a processos educativos que priorizam a formação de sujeitos críticos. Nesse último caso, crianças, adolescentes e jovens tornam-se cada vez mais presas fáceis, basta analisar o efeito da moda e das propagandas sobre elas. Nesse contexto, a TV ganha papel de destaque. Proliferam em todo o País as antenas parabólicas que possibilitam acesso a milhões e milhões de pessoas. Além disso, a mensagem veiculada atinge todos: compre isso, compre aquilo. Assim, o “tempo livre” para o lazer torna-se o tempo de se apropriar daquilo que o sistema planeja para seus indivíduos, que o recebem de forma passiva e inquestionável. Modos de vestir, marcas de bebidas, cigarros, produtos de beleza, carros, comportamentos e opiniões, tudo isso e muito mais são, sutilmente, apropriados pelos consumidores dos programas, telenovelas e filmes hollywoodianos. Vale destacar que o acesso aos bens culturais, incluindo os produzidos pela indústria cultural, não é igual para todos os sujeitos. Apenas 7% das cidades brasileiras possuem salas de cinema. Apesar do vídeo (e mais recentemente o DVD) ter ampliado a possibilidade de acesso aos filmes, a TV ainda é a grande veiculadora desse bem cultural.

INTERCULTURALISMO E INTERCÂMBIO CULTURAL

Refere-se a um processo de intercâmbio e interação comunicativa que seria desejável nas sociedades multiculturais. É a troca, cruzamento, conexão, articulação, comunicação, diálogo entre as culturas, em que cada uma pode beneficiar-se da outra. Nesse caso, não considera nenhuma cultura superior à outra. Promove-se sempre uma reflexão crítica sobre os elementos culturais, começando pelos da própria cultura com vistas a promover o diálogo entre elas. Orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover, ainda, relações interativas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Considera a diversidade cultural não como um problema, mas como expressão da riqueza da espécie humana. O que se busca são elementos que facilitem o entendimento intercultural e que potencializem as culturas dos grupos distintos, diz Oliveira.

LAZER COMO CULTURA

Como cultura, na ótica pessoal, o lazer é tempo/ espaço/experiência de constituição de sujeitos em práticas individuais e coletivas. Oportunidade de construção de saberes que estão na base na nossa compreensão como sujeito corpo vivido, nossa formação de valores, atitudes, conceitos, personalidade, competências e habilidades para a vida cotidiana.

Do ponto de vista coletivo, o lazer representa tempo/espaço de participação e interação diversificadas, que exercitam a liberdade de escolha e acesso a múltiplas experiências culturais e oportunidades de convivência com o outro. Assim, como cultura, o lazer é, sobretudo, experiência lúdica que influi nas condições de

melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e coletividades, na medida em que representa campo de ação socioeducativa conscientizadora e humanizadora. Momento privilegiado de aprendermos a decidir, escolher, ser, fazer, conviver, conhecer, expressar e comunicar, lidando com oportunidades e conflitos.

LEIS DE INCENTIVO À CULTURA

O incentivo fiscal à cultura assume freqüentemente a forma de deduções nos impostos devidos por indivíduos (pessoas físicas) ou empresas (pessoas jurídicas), como compensação por gastos efetuados com o apoio a práticas culturais, especialmente as artísticas. Antes de entrarem no caixa do Estado, o poder público abre mão de parte dos impostos que lhe são devidos para o fomento da cultura, medida conhecida como renúncia fiscal. No Brasil, o mecanismo dos incentivos fiscais à cultura surgiu em 1986, com a Lei Sarney. A lei federal foi criada para incentivar empresários a investir no setor com a dedução do Imposto de Renda (IR).

Dando continuidade a uma política cultural desastrosa, o governo Collor em março de 1990 praticamente desobrigou o Estado de qualquer responsabilidade pelo financiamento da cultura, com a extinção do Ministério da Cultura e outros institutos federais. A criação de leis de incentivo com a dedução do IPTU e do ISS no âmbito municipal foi a solução intermediária encontrada para o fomento das atividades artístico-culturais, sendo a Lei Mendonça de São Paulo a pioneira. Após a Lei Mendonça, em 1991, surgiram leis municipais em diversas cidades brasileiras, bem como leis estaduais de incentivo à cultura, que têm como base a dedução do ICMS.

Em substituição à Lei Sarney, veio a Lei Rouanet em 1992 e em 1993 foi sancionada no governo do presidente Itamar Franco a Lei do Audiovisual,

que é vista como a grande responsável pelo incremento do cinema brasileiro. Cabe ressaltar que um projeto pode se valer de leis existentes em outras esferas e pleitear aprovação em cada um dos mecanismos de incentivo disponíveis no âmbito municipal, estadual e federal, o que aumenta suas possibilidades de patrocínio.

Numa análise dos projetos nesse período, constatou-se que 80% a 90% dos recursos das leis de incentivo federais ficaram no eixo Rio–São Paulo, o que só fortalece a discriminação que as demais regiões já sofrem em vários aspectos das políticas públicas implementadas no País. Outra crítica a esse modelo é que as empresas que historicamente patrocinavam produção cultural de qualidade passaram a aderir à onda vigente de investir em produtos com visibilidade comercial ditadas unicamente pelas estratégias mercadológicas. O fomento à cultura ficou em último plano.

LUGAR E NÃO-LUGAR

Com a valorização de espaço e de tempo funcionais para as práticas culturais – de relações efetivas em termos de convivência e potenciais, em termos de mercado –, muda-se a concepção de cidade de centro cultural específico e herança histórica para centro cultural dinâmico, no qual convivem não apenas as artes, mas também a indústria cultural. Com isso, a cidade deixa de ser espaço racional e é reestilizada, continuamente, como um “não-lugar”, isto é, como espaço de rápida circulação, interligado por diferentes meios de transporte, grandes cadeias de entretenimento e pessoas de diferentes camadas da população convivendo com modos diferentes de vida.

Mac Augé problematiza essa questão de outro modo. A homogeneização das necessidades e dos comportamentos é forte tendência do mundo hoje. O habitante do “não-lugar” mantém com este uma

relação contratual representada por diferentes símbolos de identidade e de autorização – bilhete de metrô, cartões de créditos, cartão telefônico, documentos diversos, microcomputadores acoplados ao telefone, roupas que falam de identidades provisórias – que permitem acesso a lugares, atividades e fontes de informação de todo tipo, deslocamentos impessoais e diálogos silenciosos entre sujeito e máquinas. Comodidades que, mesmo permitindo “passe livre” aos “espaços disponíveis”, revelam buscas irresistíveis de um espaço para si. Em meio a isso, um fone de ouvido, sintonizado em um canal de preferência, faz com que o sujeito possa se deixar invadir pelo adágio do Concerto número 1 em dó maior de Haydn e, durante esse tempo, enfim, estar só e curtir o seu lazer. Para Giddens, o “lugar” é o específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais e culturais específicas que nos moldaram e nos formaram e com os quais nossas identidades estão estreitamente ligadas. Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela “presença”, ou seja, por uma atividade localizada. A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes” distantes em termos de local e da interação face a face. Nas condições da modernidade, os locais são penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena. Com isto, a “forma visível” do local oculta relações distanciadas que determinam sua natureza.

MARKETING CULTURAL E PATROCÍNIO

O *marketing* cultural é a extensão do *marketing* empresarial, que utiliza as atividades artísticas

como ferramenta de comunicação, buscando a promoção de marcas e produtos da empresa. Ao promover a associação entre a atividade cultural e a comunicação empresarial, o prestígio daquela é transferido para a empresa. O ganho de imagem alcançado pela associação arte e empresa origina-se da transferência de valores próprios da primeira, tais como beleza, sofisticação, ousadia, criatividade, para os produtos da segunda. Agrega-se ao produto vendido a carga simbólica das atividades culturais, oferecendo ao consumidor mais do que o valor de uso do próprio produto.

O empresário que apóia atividades como música, teatro, cinema, literatura e artes plásticas tem tido rápido retorno institucional, com baixo custo financeiro e fixação duradoura da imagem da empresa. Entretanto, o *marketing* cultural ainda é experiência recente não só no Brasil como no mercado internacional de patrocínio. Está ligado à onda neoliberal que fragiliza o Estado, põe o mercado no centro das iniciativas e precariza as relações de trabalho. No caso brasileiro, somente a partir da última década de 90, tomou corpo a idéia de associar incentivo à cultura com investimento empresarial. Hoje, o *marketing* cultural provavelmente já se constitui na principal fonte de recursos para o mercado artístico.

As ações de *marketing* cultural são diferenciadas basicamente em duas espécies: as políticas socioculturais e as políticas culturais propriamente ditas. As primeiras compreendem ações de cunho social que têm como instrumento de interação com a sociedade as manifestações culturais, objetivando diminuir a exclusão de indivíduos marginalizados por meio do envolvimento deles em produções culturais, seja por meio do aumento de sua renda, do aprendizado de ofício, do afastamento da criminalidade, etc. Essas práticas encontram-se mais ligadas a estratégias de responsabilidade social da

empresa e, portanto, daquilo que normalmente se denomina de *marketing* social.

MERCADO CULTURAL

O campo da cultura, se olharmos sob o ângulo do mercado de trabalho, apresenta muitas ocupações: escritores, jornalistas, publicitários, cartunistas, artistas plásticos, escultores, artesãos, cenógrafos, cinegrafistas, fotógrafos, compositores, músicos, cantores, artistas de cinema, rádio, teatro, televisão e circo, diretores e produtores de espetáculos, bibliotecários, museólogos, operadores de equipamentos, produtores e administradores culturais, entre outros.

As inovações tecnológicas e a automação microeletrônica têm possibilitado o surgimento de novos profissionais como os *designers*, além de expandirem o mercado de consumo por meio da internet, TVs a cabo, DVD, etc. Vale lembrar que o mercado de bens culturais no Brasil está relacionado com o nível de renda da população, sendo que a elite e a classe média alta respondem por mais da metade dos gastos em bens culturais. Já as famílias mais pobres concentram suas despesas na aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os televisores. De acordo com a Fundação João Pinheiro, numa pesquisa realizada em 1998, na Suécia o segmento cultural representava cerca de 6% do PIB, enquanto no Brasil não chegava a 1%. Embora aqui o investimento público e privado nessa área ainda seja mínimo, a pesquisa apontava que cada milhão de Reais gasto no setor criava 160 postos de trabalho diretos ou indiretos.

MÍDIAS

A palavra mídia deriva do inglês *media*, que significa “meio”. O meio de comunicação é um tipo de canal por onde são transmitidas informações. Atualmente, com o grande desenvolvimento tecnológico, existem

vários meios de comunicação ou mídias, como: rádio, TV, livros, placas de trânsito, todos meios diferentes. Podemos transmitir as mensagens utilizando diversas linguagens, como: imagens, filmes, sons, textos e outras. Cada meio/mídia tem um impacto diferente no receptor. Por essa razão, é importante conhecer o público receptor para melhor escolher o meio de comunicação. Multimídia representa a capacidade de produzir e reproduzir informações em meios variados. Nossos computadores são considerados “multimídia” porque podem tocar músicas, mostrar textos e imagens no monitor, apresentar um vídeo com ou sem som, tudo isso na mesma plataforma: o próprio computador. Estas mídias podem ser organizadas em uma estrutura não-linear, como o hipertexto – que é o caso das páginas da internet, escritas em HTML (*Hypertext Markup Language*).

MITOS

O mito é a base para se entender todas as sociedades e tradições culturais. Não existe uma só cultura estudada pela Antropologia que não tivesse sua mitologia. É um composto, um todo organizado entre imagens e símbolos que delineiam o presente de uma civilização a partir de um arqué em direção ao futuro. São narrativas de eventos que, supostamente, aconteceram antes da história da escrita, sobre as quais o homem fundou suas crenças e civilizações, como se seus deuses lhes tivessem deixado manuais de instrução para que fosse possível entender a vida e o universo recém-criados. Mircea Eliade e Joseph Campbell, mitólogos contemporâneos, mostram que a grande maioria dos temas míticos – criação do homem, heróis, criança divina, salvador, deus que morre e renasce, agricultura, origem das sementes – é universal. São temas como vida, morte, renascimento e renovação. Não por acaso, estão nesses temas as

grandes questões sem resposta da humanidade: quem somos, de onde viemos e para onde vamos; por isso mesmo, eles se repetem.

Os mitos são considerados produto do grande inconsciente, manifestação da criatividade humana que retrata os fenômenos da psiquê, como fala Alvarenga. A psicologia analítica, criada por Jung, entende o fenômeno como sendo tradução da estrutura arquetípica – baseada em imagens psíquicas padrão – que compõe a mente humana. Entender os mitos significaria, portanto, acessar os alicerces de um povo, uma vez que os símbolos – imagens, objetos e mitos – têm a capacidade de traduzir, conter e expressar a essência do ser humano. Além das próprias narrativas, os personagens divinos dos mitos são valiosos para a compreensão do sujeito. Por exemplo, a psicologia junguiana se serve do mito como recurso para que o paciente entenda que muito do que faz e deseja faz parte de demandas da humanidade. Isso é de grande conforto, como diz Alvarenga. Assim, o mito mostra que o homem sofre com questões e dúvidas já relatadas há milênios.

Everardo Rocha, antropólogo, coaduna com essa idéia. Para ele, o mito é, sobretudo, uma forma de consolo coletivo. É por meio dele que o homem busca uma origem para si e para sua cultura e seu possível destino após a morte.

Lévi-Strauss e seu estruturalismo também trouxe grandes contribuições nos estudos sobre os mitos. Ao analisar a estrutura de diferentes mitos, ele se propôs a identificar os elementos universais, presentes em todas as culturas.

Os mitos continuam cada vez mais presentes na vida moderna e pós-moderna. A mitologia moderna está presente em diversas matrizes, segundo Romano, entre elas as políticas, econômicas, religiosas, esportivas. Elas nascem com a indústria, as guerras, os movimentos operários, as operações da Bolsa.

Podemos citar como exemplo, entre tantos outros, o mito da superioridade ocidental, o do mercado que considera tudo e todos iguais, o da crença de que guerra se ganha com velocidade, o do corpo belo e perfeito, os mitos do esporte.

MODERNIZAÇÃO

É o processo de adoção de modos e tecnologias atuais, podendo ter conteúdos distintos segundo seu momento histórico. A Semana de Arte Moderna em abril de 1922 no Brasil significava a ruptura com o modo realista e o romântico que vigoravam na época. Seu estilo desprovido da simetria real impactava como algo novo e extremamente abstrato. Atualmente, essa representação plástica e estética não mais impacta com algo novo, já foi absolvida e assimilada, portanto deixou de fazer parte de um processo de modernização, na acepção da palavra.

A modernização pressupõe a ruptura com a tradição e se insere nos processos de mudanças profundas, podendo abranger vários níveis: individual, social, produtivo, econômico, político, gerencial e outros. Modernização econômica e social, no Glossário de Planejamento do SESI – 2001, significa modernizar, mudar, tornar atual a estrutura produtiva e social de um país. Explicita o processo de transformação que marca as sociedades modernas em constantes mudanças em todas as suas esferas, desde a tecnológica até a dos costumes. O Brasil é um país conhecido por ter sofrido ao longo do século pasado um profundo processo de modernização de suas estruturas econômicas, que deixaram de ser agroexportadoras para se tornarem urbano-industriais; estruturas políticas, abandonando a democracia oligárquica e restritiva por uma democracia de massas; estruturas sociais, deixando o espaço rural para vir viver nas cidades, com todos os seus benefícios e mazelas conhecidos.

MULTICULTURALISMO

Alguns autores afirmam que o multiculturalismo é um movimento social que tende a acentuar o caráter pluricultural das sociedades humanas, em oposição à tentativa de homogeneização da vida social. O multiculturalismo se apresenta como uma opção para os atores sociais expressarem suas diferenças (coletivas ou individuais), valorizando suas culturas particulares, que, em geral, são desconsideradas pelos grupos de poder, como nos dizem Gonçalves e Silva.

O multiculturalismo tem sido um dos movimentos que têm posto a diversidade no centro das preocupações mundiais, trazendo para a conjuntura nacional novos sujeitos das políticas sociais.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, os primeiros proponentes do multiculturalismo foram os afrodescendentes, e suas reivindicações em defesa de seus direitos à diferença influenciaram outros grupos sociais – excluídos dos centros de decisão por questões econômicas e, sobretudo, por questões culturais –, como é o caso dos índios, imigrantes, mulheres, homossexuais, entre outros. Este movimento tem provocado mudanças nessa conjuntura. Uma delas é a incorporação da inclusão social em todos os programas oficiais brasileiros, sejam eles no âmbito das políticas públicas para a saúde, educação, moradia, segurança, esporte e lazer.

MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA

No contexto da economia globalizada, os meios de comunicação são reconhecidos como co-produtores da padronização e segmentação da cultura, tendo em vista formar mercado consumidor mundial. Nesse contexto, mundialização da cultura expressa, assim, uma visão de mundo. Refere-se à cultura mercadoria, produzida para ser comercializada; à transformação do valor de uso das formas culturais em valor de troca. As culturas locais são instigadas a

se adaptarem aos valores globais de troca, padrões mundiais de consumo e a alterar seu gosto estético. Nesse contexto, a mídia passou a ser não só meio, mas o próprio consumo. Exemplificando, o que importa não é ver o que se mostra na TV, é ver TV. Pela mídia, a informação passa a ser ministrada como propaganda em vez de abrir espaços para experiências, combinações e escolhas.

Sobre essa questão, Adorno destaca como a mediação tecnológica passou a ser um tempo colonizador de “semicultura”, ou seja, tempo de vivência de informações de impacto, de discursos sobre, e não tempo de experiência cultural. Porém, destaca também Adorno, as pessoas aceitam e consomem o que a indústria cultural lhes oferece para o tempo livre, mas com um tipo de reserva, o que mostra que elas não se submetem plenamente ao desejo homogeneizador da mundialização da cultura. Localmente, ressignificam experiências segundo suas práticas culturais.

NATUREZA E CULTURA

Natureza humana é o que nos aproxima dos animais. O ser humano é um ser animal; como espécie, tem as mesmas necessidades que eles: fisiológicas, afetivas, instinto gregário. Porém, é a sua condição humana, materializada pelo corpo, não como um dado da natureza e, sim, como uma construção social, que o insere no mundo da cultura. A passagem da condição de natureza para a cultura na história da humanidade ocorreu a partir do momento em que o ser precisou construir maneiras de adaptar-se ao meio ambiente, com ele relacionar-se, bem como se relacionar com os outros seres. A posição erétil, a face curta e a mão livre para segurar utensílios e para locomover-se foram critérios fundamentais para que o ser humano se diferenciasse dos outros animais. Essas condições humanas tiveram conseqüências

no desenvolvimento neuropsíquico do ser e permitiram um desenvolvimento do cérebro e, conseqüentemente, da técnica e da linguagem. O desenvolvimento do corpo social, diz Leroi-Gurhan, as diferenças étnicas e a organização da memória coletiva que incidem na evolução das técnicas e na transmissão da linguagem foram configuradoras das aventuras humanas e objeto de estudos desde os primeiros evolucionistas.

PARCERIAS E COOPERAÇÃO CULTURAIS

A palavra cooperação origina-se etimologicamente da palavra latina *cooperari*, formada por *cum*, que significa “com”, e *operari*, que significa “trabalhar”. Portanto, o significado de cooperação é a ação simultânea e coletiva das pessoas para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito. Sendo assim, cooperação é o método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem empreendimento, projeto ou ação.

A parceria pode ser compreendida como um tipo de cooperação, pois é a decisão de se trabalhar interdependentemente, buscando objetivos comuns por meio de metas preestabelecidas, acompanhadas de forma transparente em situações de controles, visando ao compartilhamento dos benefícios alcançados, como se os parceiros fossem sócios. A relação de parceria é simétrica, em que os parceiros têm igual condição de envolvimento e atuação no empreendimento e nos processos de tomada de decisões, execução, monitoramento e avaliação dos resultados. A parceria se difere da terceirização quando a relação entre as partes é assimétrica, ou seja, a condição é a atuação nas etapas de planejamento, monitoramento, avaliação e tomada de decisão é desigual e leva à submissão de uma das partes. Muitas vezes, equivocadamente, é nomeada de parceria o que é terceirização.

Terceirizar é repassar para terceiros determinadas atividades ou etapas da execução de uma ação, que, não raro, se trata das atividades mais operacionais. Sendo assim, a condição de atuação nas etapas da ação é limitada e submetida às decisões de uma das partes.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Pensando a cultura do lazer, os espaços, os equipamentos e os centros culturais existentes são de uma variedade enorme, que vai dos campinhos de futebol para diversão da garotada ao parque nacional com dimensões continentais, com suas paisagens, cachoeiras e edificações da época colonial para banhos, caminhadas e visitas de turistas e estudiosos. Embora o lazer seja uma dimensão da cultura, não necessariamente esses espaços são reconhecidos pela comunidade ou pelos órgãos de preservação como sendo patrimônio cultural.

Na verdade, a idéia de patrimônio cultural é, em geral, associada à memória e à identidade de grupos sociais: são os elementos nos quais os indivíduos se reconhecem como participantes de uma tradição cultural e formação social. Essas memórias variadas e coletivas são criações anônimas ou de personalidades reconhecidas, conformando a alma do País. Além disso, determinados lugares ou aspectos paisagísticos, embora entendidos como patrimônio natural, podem ser socialmente eleitos como patrimônio cultural, como é o caso do morro do Pão de Açúcar, cartão de visita da cidade do Rio de Janeiro e consagrado como um elemento no imaginário do modo carioca de ser.

No artigo 216 da Constituição Federal de 1988 está a noção de que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:



I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

PERTENCIMENTO

É um sentimento de inserção em grupo social proporcionado pelo processo de identificação cultural. A noção de grupo se constitui segundo o pertencimento de indivíduos a uma coletividade claramente identificada, com regras e objetivos bem definidos. Essa relação de interação é de mão dupla e modelada por cada indivíduo, determinando como ele lida com o grupo e como o grupo favorece o processo de identificação para com ele. A construção da identidade de grupo passa pelo estabelecimento do objetivo que faz convergir indivíduos cujo interesse em comum pode ser a realização de uma tarefa, lazer, estudo e pesquisa, a realização de um evento, a formulação de uma lei, a resolução de um problema, etc.

As relações estabelecidas pelas pessoas de um mesmo grupo são relações intersubjetivas, evidenciando, assim, o caráter afetivo presente na reciprocidade das relações de grupos. Mas, no entanto, a afetividade não exerce uma supremacia em detrimento do objetivo estabelecido.

O afeto é o meio de construção das relações, mas é a intencionalidade do estar juntos que move a constituição da identidade e do grupo. Sendo assim, a noção de grupo não necessariamente está ligada à proximidade e à convivência face a face.

Portanto, existe também a possibilidade de se estabelecerem grupos por meio de redes virtuais que compartilham conteúdos nos processos

de interações. Nesse caso, pode existir uma convergência maior dos indivíduos devido ao objetivo de compartilhamento, mesmo quando não reunidos presencialmente. Esse tipo de grupo é movido pela clareza do objetivo de estarem juntos, e é o que mantém a união.

POLÍTICA CULTURAL

Desde que instituídas, há cerca de duas décadas, as leis de incentivo à cultura se tornaram o grande veículo para que produtores culturais viabilizassem seus projetos. Entretanto, temos de apontar algumas distorções dessa legislação. Com a renúncia fiscal, uma empresa toma a autoridade de financiar ou não determinado projeto, e o pretendente fica à mercê de cair nas graças do corpo dirigente para ter seu projeto subsidiado. Em outras palavras, a liberdade de expressão artística fica comprometida aos ditames do mercado, que normalmente é conservador e nem sempre se pauta numa ética e em valores de convivência.

Outro aspecto é que a questão da identidade nacional não é levada em consideração na medida em que a cultura passa a ser um mero negócio. Ora, é papel do Estado defender a cultura e a arte como parte indissociável do prestígio de uma nação, cabendo-lhe o papel de formulador de uma política cultural que congregue essa riqueza e possibilite que o nosso multiculturalismo se afirme cada vez mais. Há de se ter prioridade de investimento nos grupos amadores ou alternativos, numa perspectiva de valorização e inclusão social de novos agentes na dinâmica cultural do País. Há a necessidade de se criarem fundos públicos que financiem projetos nessa linha sociocultural, cumprindo as esferas públicas o papel de valorização e fomento das expressões artísticas populares, experimentais, não-enquadradas e muitas vezes marginalizadas pelo seleto clube da arte de salão.

Os fundos de fomento à cultura podem ser considerados bolsões de recursos criados por lei e regidos por determinado regulamento com o objetivo de subsidiar projetos culturais carentes de recursos em que os projetos aprovados são canalizados principalmente para uma ação comunitária. Se esses fundos são um contraponto à visão estritamente mercadológica das leis de incentivo, entretanto a questão que se apresenta é quem participa desses fundos? Nem sempre a representatividade dos gestores dos fundos garante uma democratização dos recursos, muitas vezes se observando a configuração de mecanismos de discriminação.

PRECONCEITO

Diferentemente do racismo, que tem caráter doutrinário, o preconceito está ligado muito mais à atitude individual, à consciência de cada um. Como a própria palavra já diz, é um conceito que formamos sobre alguma coisa, grupo ou pessoa, antes mesmo de conhecê-lo ou de algum contato, que passa a valer como regra de comportamento, quase sempre sob a influência de outra pessoa ou instituição. Combater o preconceito é um processo que exige uma educação mais humana, ética, democrática e igualitária de todos os sujeitos.

PRESERVAÇÃO CULTURAL

É possível equilibrar a prosperidade econômica, o crescimento populacional e a ocupação espacial humana com a preservação, a proteção e a valorização dessa história e desse rico patrimônio acumulado? Normalmente, o que se observa é um conflito entre o interesse privado e o coletivo. No Brasil, o patrimônio cultural está sob constante ameaça. O patrimônio material (bens imóveis como igrejas, bens móveis como acervos de museus) tem sofrido diferentes formas de degeneração

e destruição devido à negligência, ao mau uso, a furtos e a processos de urbanização e exploração turística desordenados, assim como outras intervenções equivocadas tanto do poder público quanto da iniciativa privada e do cidadão comum. Já o patrimônio imaterial, constituído pelas formas e modos vividos (rezas, folguedos, lendas...), vem sendo vítima de esquecimento crescente, devido à substituição por uma cultura de massa ditada simplesmente pelas leis do mercado e por uma globalização totalitária que impõe a hegemonia cultural dos países ricos. Esse processo resulta na deterioração dos vínculos sociais, na dessacralização do modo de vida, favorecendo a barbárie urbana e a perda de valores. Um ambiente degradado e sem rosto interfere na qualidade de vida da população, na medida em que afeta a auto-estima da coletividade.

Cada vez mais há um entendimento da interação mútua entre os aspectos ditos ambientais com a vertente cultural. É exatamente por isso que a Constituição de 1988 reconheceu como agentes de preservação não apenas as instituições, mas também o cidadão consciente e participativo. Nesse sentido, faz-se necessário um processo educativo permanente para reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira. Além de uma ação cultural e educativa no espaço escolar, devem ser desenvolvidas ações socioeducativas nas próprias atividades de lazer, como em passeios ou excursões. Essas medidas são complementadas com uma intervenção política de tombamento, fiscalização e gestão sustentável desses bens patrimoniais.

PRODUTO CULTURAL

Utilizando uma lógica simples e imediata, podemos afirmar que produto cultural é o resultado do fazer cultura. Mas, se compreendemos que o fazer cultura está em tudo que fazemos, conforme definição

de cultura, então o produto cultural é a própria existência humana. Essa definição ampla é mais interessante, mas pouco prática. Sendo assim, pode-se definir como produto cultural o resultado do fazer – atividades – cultural, portanto resultante da produção de bens e serviços de cultura. Nesse sentido, a atividade artística é produto cultural.

RAÇA E ETNIA

O termo raça foi introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX por Gerges Cuvier, inaugurando a idéia de existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Com efeito, o que se pretendia era “naturalizar as diferenças”, delineando, a partir de então, uma certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na idéia de raça, que, neste contexto, aproximava-se da noção de povo. O discurso racial surgia como variante do debate sobre cidadania, porém, no interior desses novos modelos, discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como um resultado, uma reificação dos atributos específicos de sua raça, como mostram estudos de Schwarcz. Este conceito está na base das teorias raciais e temáticas afins. Os debates sobre a desigualdade e a diferença, estabelecidos, principalmente, no interior da antropologia cultural, têm provocado uma problematização deste termo e seu caráter biológico. Nesse sentido, o termo etnia tem se tornado mais apropriado, uma vez que amplia o olhar sobre o sujeito, extrapolando a dimensão biológica e considerando todas as outras dimensões que o constituem.

RACISMO

Ideologia que usa a raça como critério de distinção e de dominação social. Como toda ideologia, traz em seu bojo relações de poder que justificam, aos olhos dos menos esclarecidos, as desigualdades sociais pelo critério das diferenças culturais. Isso ocorre uma vez que o racismo ignora e manipula fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que a dominação e a opressão de alguns grupos humanos sejam vistas como “naturais” ou “normais”. Historicamente, o termo apareceu no século XIX, na França e Inglaterra, para designar uma doutrina que defendia a superioridade da raça branca sobre as outras raças (típico de uma visão etno e eurocêntrica). Essa doutrina, criada em centros de estudo e pesquisa, possibilitou o surgimento das teorias raciais, entre elas a eugenia, ciência que visa à reprodução e ao melhoramento da raça. No século XX, o racismo, aliado aos centros de pesquisa, a partidos políticos e a meios de comunicação de massa, deu suporte a regimes políticos que dominaram vários Estados Nacionais, influenciando todo o sistema social. A oposição a esta doutrina teve início no século XX. Também conta com apoio de centros de pesquisa e vem se esforçando para demonstrar que as diferenças entre os indivíduos nada têm a ver com a raça, mas são produzidas no interior das próprias sociedades. Contribuem também para esse entendimento as últimas descobertas científicas no campo da genética, como indicam pesquisas de Gonçalves e Lopes.

RELAÇÕES ENTRE CULTURA GLOBAL E CULTURA LOCAL

A contemporaneidade trouxe alterações profundas na produção de valores, comportamentos e noções como a de tempo e espaço. Até o século XIX, as pessoas eram muito ligadas às idéias de identidade local e de pertencimento comunitário. A cultura

local tendia a valorizar a memória e as tradições: o tempo cósmico do camponês traduzia uma enorme interpenetração entre o transcendente, a natureza e a vida societária. A industrialização e o avanço do capitalismo dessacralizam o mundo e fazem com que as pessoas se liguem na aquisição de produtos cada vez mais acessíveis e descartáveis: surge a sociedade de consumo e de massa. A partir desse momento, com a afirmação progressiva do mercado e das cidades, é que se configura como expressão cultural à idéia de nação, que é um conceito mais recente do que se imagina, sendo uma ruptura em frente daquela cosmovisão localista e aldeã. Esse é o primeiro momento de um processo de desterritorialização, e com a chegada do século XX começa-se a se falar em cultura mundial. O fim da Segunda Guerra Mundial marca o início de uma forte aceleração da mundialização da economia, da política e também da cultura. O desenvolvimento de uma cultura globalizada encontra nos meios de comunicação uma ferramenta poderosa de quebra de paradigmas, especialmente aqueles ligados a valores sociais. Essa nova forma de relacionar-se com a realidade muda as percepções de espaço e tempo, cria-se um mundo veloz, as distâncias se encurtam, as mídias passam a circular milhares de informações em uma rapidez frenética, as realidades ficam próximas, mas virtuais, as pessoas passam a cada vez mais se individualizar e alienar a sua capacidade de convivência social. É um fenômeno de tal grandeza, que toda e qualquer análise a respeito dessa sociedade mundializada tem de obrigatoriamente pensar a sociedade contemporânea dentro de um contexto de produção, circulação e consumo multicultural. Como vimos, essa indústria cultural e da comunicação tende a enxergar o sujeito não como cidadão, mas meramente como consumidor. A mídia dedica-se a fabricar o presente, menosprezando a

consciência histórica. Daí a importância de valorizar a cultura local, de revitalizar as experiências locais e comunitárias, pois elas são a garantia de um fortalecimento do tecido social, da afirmação de nossa identidade diante de uma massificação que favorece apenas a nossa dependência às empresas multinacionais e ao capital especulativo, este não globalizado, mas com residência fixa em poucas potências mundiais.

RITOS

Os ritos, para Oliveira, são formas de vivenciar momentos na vida dando sentidos e significados aos mitos. São cerimônias nas quais se encenam parte das narrativas presentes nos mitos, além de serem formas de celebrar valores e instituições no interior das culturas. Na cultura ocidental, de origem judaico-cristã, podemos citar, por exemplo, procissões, batismos, casamentos, enterros, formaturas, entre outros. Interessante notar que, às vezes, participamos de rituais sem ao menos saber seu significado, mas eles nos ensinam que aqueles são momentos especiais. Assim como os mitos, eles se tornam importantes mecanismos na transmissão e produção de cultura.

SAÚDE COMO CULTURA

Quando assumimos saúde como cultura estamos nos referindo ao bem-estar humano construído pelas suas interações consigo mesmo, com os outros e com o meio físico. Interações que implicam o corpo em sua totalidade, considerando sua dimensão biológica e social culturalmente constituídas nas práticas cotidianas do trabalho, lazer, vida familiar, entre as demais que constituem o viver. Interações com qualidade por serem livres, com alto grau de participação, acessibilidade, afeto, espiritualidade e auto-estima, alegria, disposição e significado para as pessoas, pois atendem a seus

interesses e necessidades, que mudam ao longo da vida de cada um. Interações, pois, que respeitam a herança biológica e cultural dos sujeitos.

A combinação desses fatores resulta numa rede de fenômenos e de situações que traduzem dignidade humana, fator decisivo para a saúde.

As mudanças mais significativas da compreensão cultural de saúde são frutos de ações concretas adotadas pelas instituições de serviço, que influenciaram na produção e veiculação de conhecimentos construídos com base em estudos sobre as doenças e transformações históricas, tendo em vista as condições sanitárias, sociais, culturais, educacionais e econômicas das sociedades. Com isso, modernamente, não se entende saúde apenas como estado de ausência de doenças. Ela é considerada como uma condição humana, culturalmente constituída, refletindo-se em mudanças qualitativas nos estilos de vida.

SENTIDO E SIGNIFICADO

Na perspectiva da interação com o outro, segundo Bakhtin, o sentido é uma compreensão produzida na ocorrência do diálogo entre interlocutores em condição de produção discursiva definida, acontecimento singular no interior e limite de determinado contexto social, cultural e histórico, sofrendo interferências e controles sob influências de diferentes significados conviventes neste contexto. Na perspectiva da intencionalidade humana, revela os rumos pretendidos pelas ações socioculturais.

Por sua vez, a significação, compreendida como significação contextual da palavra, como diz Bakhtin, é produzida por meio de relações de diferentes sentidos e não-tratada como significação da palavra dicionarizada. Assim, as significações ampliam o diálogo com outros contextos e tempos, representando modos como uma época, um grupo

sociocultural ou um conjunto de idéias respondem às suas questões.

SIGNO

Segundo a semiologia, ciência que estuda os signos (ou sinais), estes são coisas (imagens, sons, objetos, etc.) que representam outras coisas (pessoas, objetos, valores, etc.). Signo é alguma coisa que se apresenta no lugar de outra e torna presente algo que está ausente. São as representações que fazemos de determinada coisa. O próprio verbo já nos diz algo, representa, ou seja, torna presente no intelecto o que não está aqui concretamente, seja porque já passou ou porque ainda nem chegou a existir. Um dos grandes estudiosos dos signos, o filósofo norte-americano Charles Peirce (1839-1914), classificou os signos em três tipos: ícones, índice e símbolos. Esta classificação deu lugar a outras ainda mais complexas e também a importantes discussões neste campo, mas vamos ficar aqui com a mais clássica. Os ícones são signos que se parecem com aquilo que estão representando, como a imagem de alguém na TV ou a tesoura, pincel e borracha na tela do computador. Apesar de ícone dizer imagem, ele pode ser uma representação visual, sonora, tátil, gustativa ou olfativa.

Dá-se o nome de índices quando existe uma associação e não semelhança entre o representante e o representado. Quando vemos uma bola rolando na rua, logo imaginamos que uma criança virá atrás. Óbvio, diz Oliveira, que a bola não é uma criança, mas sempre nos associa a ela.

Por sua vez, o símbolo é uma representação arbitrária e convencional. Em grego, desde o período clássico, já significava “celebração de um contrato ou convenção”. Aristóteles já considerava o nome próprio um símbolo. Peirce retorna a este sentido original quando afirma que o símbolo é um signo convencional ou signo que depende de um

hábito nato ou adquirido. Assim, ele reconhece que os símbolos são produtos inventados ou adotados por uma cultura, podendo se diferenciar em outras. Qualquer palavra comum – “estrela”, “pássaro”, “casamento” – é símbolo.

O símbolo é aplicável a tudo aquilo que possa concretizar a idéia relacionada com a palavra. Ele é capaz de identificar as coisas às quais se refere ou é aplicável, isto é, não nos faz ver uma estrela no céu, não nos mostra um pássaro voando, nem celebra o casamento, mas supõe que sejamos capazes de imaginar tais coisas, tendo a elas associado a palavra. O símbolo não tem existência concreta. Não é uma coisa singular, existente, mas um tipo geral.

SINCRETISMO E ASSIMILAÇÃO CULTURAL

A cultura de um povo é o somatório das influências que ela sofreu através dos tempos. Algumas delas se apagaram, mas muitas estão vivas. A pesquisa das nossas raízes é um esforço para se entender o que realmente foi assimilado como significativo e autêntico. No caso do Brasil, uma de nossas características configura-se como a permanente capacidade de reciclagem cultural, em meio a uma permanente atividade de assimilação e releitura. Exemplo claro: o nosso sincretismo religioso. Há uma tolerância no modo de se relacionar com os sistemas religiosos.

A religiosidade múltipla e integrada representa uma forte característica nacional. O Sírio de Nazaré em Belém do Pará e os romeiros que peregrinam para Aparecida do Norte em São Paulo são eventos tradicionais da Igreja Católica para onde afluem mais de um milhão de fiéis. No Brasil, quase todos são católicos, mas, ao mesmo tempo, freqüentam os terreiros de candomblé e de espiritismo, têm seu santo protetor, jogam búzios, freqüentam cartomantes, buscam curas com espiritualidades orientais e esoterismo, além de outros cultos de

gênero diverso. Com essa propensão generosa para as assimilações, conquistamos algum *status*: a música brasileira é considerada uma das mais pujantes da música mundial.

Nós mobilizamos um espantoso universo rítmico da diáspora que coligou tradições ibéricas, árabes, ciganas, latino-americanas e o que mais for, simultaneamente local e universal, enraizada na origem e consumida por todo mundo. Essas contaminações e transposições da nossa música popular já realizaram uma brilhante combinação de rock e elementos da cultura nordestina, música baiana e pop, bossa-nova e jazz. O trio elétrico representa uma das mais perfeitas integrações entre a tradição e a inovação.

SOCIALIDADE, SOCIALIZAÇÃO, SOCIABILIDADE, SOCIAÇÃO

As formas de sociação, isto é, de estabelecer elos sociais, de interação, são formas de convivências, sempre carregadas de conflito. Socialização é o desenvolvimento de uma consciência social, do espírito de solidariedade e cooperação nos indivíduos de uma comunidade (Houaiss e Koogan). Maffessoli e outros autores vêm discutindo como a socialização e a sociabilidade são formas de convivência no sentido social-moderno. A sociabilidade é, ela própria, prescritiva, o indivíduo tem uma identidade precisa, uma existência autônoma. O indivíduo podia ter uma função na sociedade, funcionar no âmbito de um partido, associação ou grupo estável. A solidariedade, neste contexto moderno, é um dever, no futuro, da sociedade.

Por sua vez, a socialidade é uma forma de interação presente na sociedade contemporânea (ou pós-moderna), é o estar junto no aqui e agora. É, segundo Maffessoli, a forma lúdica de sociação. A pessoa assume vários papéis, tanto na sua

atividade profissional quanto no interior de seus grupos, de acordo com seus gostos e interesses. Muda seu figurino de acordo com a prática cultural e social de cada grupo, assumindo seu lugar, a cada dia, nas diversas peças teatrais que vive no seu cotidiano. A base de tudo isso é a interação face a face. O sujeito não é mais considerado isoladamente. A vida nasce de relações, de jogos de ações e retroações partilhadas em numerosas situações sociais. Na massa, a gente se cruza e se toca, interações acontecem, grupos se formam, paixões se engrenam. Exemplo disso é o mundo nos acontecimentos da “Copa do Mundo de Futebol”. Esta efervescência grupal, com seu *ethos* específico, gera interações e redes específicas: desindividualizantes, solidárias, provocadoras de encontros de fãs, colecionadores de símbolo, de famílias, de amigos...

É a sociedade se constituindo permanentemente. Como toda discussão da contemporaneidade, é importante lembrar que uma forma de sociação não substitui a outra, estamos vivendo as duas possibilidades.

SOCIEDADE INFORMACIONAL

A revolução tecnológica, principalmente no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, provoca uma fusão na leitura dos fenômenos da globalização e da sociedade da informação. A dificuldade de compreensão da sociedade da informação está relacionada à contemporaneidade do fenômeno. Não existe na literatura um consenso sobre os conceitos empregados. Essa afirmação baseia-se no exame de várias metáforas utilizadas para expressar e significar a mutação social percebida. O uso de metáforas tão díspares indica a imprecisão teórica sobre o fenômeno. As metáforas recorrentes na literatura e citadas por ela são sociedade pós-industrial (Bell),

terceira onda (Toffler), sociedade informática (Shaff; Nora e Mink), sociedade pós-capitalista ou do conhecimento (Drucker), sociedade da pós-informação ou digital (Negroponte), sociedade informacional (Castells).

A imprecisão em relação ao fenômeno é explicada por tratar-se de acontecimento recente, presente, sem história, com caráter de novidade e de movimento. Agrega-se a essa avaliação a constatação de que as teorias existentes não seriam apropriadas para dar conta da novidade, deixando uma lacuna a ser preenchida devido à elaboração pouco precisa dos autores citados acima. Mesmo diante da imprecisão conceitual é possível delinear alguns significados para globalização e sociedade da informação: trata-se de um único fenômeno de mudança, pautado na reestruturação do capitalismo e nas novas relações sociais propiciadas pelas tecnologias da informação e comunicação.

Para alguns, o fenômeno da globalização é indubitavelmente um fenômeno econômico, fundado na integração dos mercados e viabilizado pela tecnologia da informação e da comunicação (TIC). A dimensão social desse fenômeno pode estar em variados estágios – no encerramento de uma etapa histórica, num período de transição ou de emergência de novo sistema social, ou numa revolução tecnológica –, podendo então ser denominada de sociedade da informação ao considerar a revolução tecnológica da informação e da comunicação.

Sendo assim, a sociedade informacional é evidenciada pelo impacto causado pela incorporação das TICs e nas novas relações sociais sustentadas por uma teia comunicacional entre sujeitos sociais, organizações, instituições e outros. Os interesses mediados pela informação e pela comunicação são mais transparentes, apesar de sempre existirem,

mas só agora são amplamente especulados. Por essa razão, nosso presente é marcado por um volume grandioso de versões sobre os fatos, em tempo real e em restrição espacial. O domínio sobre essas versões é um diferencial significativo na nossa sociedade. Esse domínio é possível por meio do conhecimento produzido segundo reflexões sobre o mundo vivido, significado e constituído pelo agir comunicativo.

SUBJETIVIDADE

A noção de sujeito é uma noção extremamente controvertida. Furtado compactua com a idéia de que a subjetividade é um campo socialmente construído e que se expressa no plano individual (crenças, valores e comportamentos individuais). O termo, segundo este autor, tem sido usado para definir todo fenômeno humano que escapa à concretude da objetividade. Vários estudiosos têm se debruçado na discussão sobre a subjetividade. Mezan aponta duas vertentes para a subjetividade: como experiência de si e como expressão de um conteúdo social que está à disposição dos sujeitos e que é construído historicamente (Furtado). Por sua vez, Gonzáles Reys entende a subjetividade como a constituição do psiquismo no sujeito individual. Para ele, a subjetividade integra os processos e estados característicos a esse sujeito em cada momento da ação social, momentos inseparáveis do sentido subjetivo que terão para ele. Neste debate, Morin contribui afirmando que desde o princípio a discussão sobre o sujeito é paradoxal, uma vez que é, simultaneamente, evidente e não-evidente. A evidência, segundo ele, é óbvia: em quase todas as línguas existe uma primeira pessoa no singular; por outro lado, a não-evidência se dá quando surge a dúvida ou a reflexão. Como diz Descartes: se duvido, não posso duvidar de que duvido, portanto, penso, ou seja, sou eu quem pensa. (É a partir desse

pressuposto que Descartes inaugura a discussão da subjetividade e também da psicologia.) O sujeito como uma qualidade fundamental, própria do ser vivo, que não se reduz à singularidade morfológica ou psicológica, é uma realidade que compreende um entrelaçamento de múltiplos componentes. Para Morin, enquanto não superarmos o pensamento cartesiano, compartimentado e disciplinário, presente no paradigma da separação e redução do entendimento de homem, não conseguiremos efetivamente saber quem é o sujeito.

SUSTENTABILIDADE

Como tratado no Glossário de Planejamento do SESI – 2001, a sustentabilidade advém de sustentar, segurar por baixo, escorar, impedir que caia. É usada com vários outros termos e em sentidos múltiplos. Diz-se que uma instituição ou atividade tem sustentabilidade quando possui meios próprios de se reproduzir e ampliar. A sustentabilidade é um princípio ético, com inúmeras conseqüências práticas, no presente e no futuro. As empresas que se baseiam no desenvolvimento sustentável contribuem para a preservação, com a exploração racional do meio ambiente, para o desenvolvimento local e global. Aplicam tecnologias limpas e com isso ganham em qualidade de vida e desenvolvimento social e econômico. A ética da sustentabilidade é um processo ativo de aprendizado que propicia a participação de todos: membros do ambiente interno e do ambiente externo.

TÉCNICA CORPORAL

Marcel Mauss, em Noção de técnica corporal, lançou bases fundamentais para uma discussão sobre o corpo, segundo ele, o primeiro e mais natural instrumento do ser humano. Buscando entender como em cada sociedade os seres servem-se de seus corpos, o autor parte da evidência

de que cada sociedade tem hábitos que lhe são próprios. Com isso, reconheceu a enorme variação de técnicas corporais, ou seja, de atos construídos no indivíduo não simplesmente por ele mesmo, mas por toda sua educação, por toda a sociedade da qual ele faz parte, no lugar que ele nela ocupa.

Segundo Mauss, não há técnica e sua transmissão por meio da educação sem que haja a tradição. Assim, os usos culturais que fazemos do corpo nas nossas diferentes atividades não configuram um desempenho simplesmente natural, espontâneo, mas um uso que combina elementos biológicos, psicológicos e socioculturais.

Segundo nossa existência corporal como sujeitos, comunicamo-nos, construímos ou entramos em conflito uns com os outros, numa convivência que fala para além do que conseguimos perceber à primeira vista. Nossa motricidade expressa nossa constituição sociocultural histórica, que possibilita e delimita expressividades, potencialidades e circunstâncias de acordo com nosso lugar social, com nossa condição de mulher, homem, criança, jovem, adulto, idoso, portador de necessidades especiais, negro, branco, índio, adeptos de crenças e costumes, desejos e projetos.

TECNOLOGIAS

Lembrando o Glossário de Planejamento do SESI – 2001, tecnologia trata de conjunto de conhecimentos científicos que se aplicam a um determinado ramo de atividade.

É comum confundirem-se as tecnologias com produtos materiais, como máquinas, aparelhos, quando na realidade ela é, essencialmente, conhecimento. Em termos simples, é o “saber fazer” que os humanos criam e inovam constantemente. As tecnologias podem implicar conhecimentos sofisticados e muito elaborados ou não. Há uma tecnologia na fabricação de

foguetes, mas também na atividade de extração de pedras.

TRABALHO COMO CULTURA

A cultura como objeto da atuação profissional pode ser compreendida em duas dimensões, a primeira no campo do pragmatismo – do fazer cultura. Nesse sentido, a atividade artística e a ação gerencial dos bens e serviços culturais compõem a dimensão prática da cultura como trabalho. A segunda dimensão se relaciona com a concepção de ser no mundo segundo a criação, resguardando, assim, a dimensão subjetiva do trabalho.

Arte e cultura são faces da mesma moeda, mas não podem ser tratadas como mero sinônimo. A cultura seria o que nos fazem e a arte o que nós fazemos, mas o que nos fazem e o que fazemos são fortemente imbricados e compõem a subjetividade do sujeito cultural. A arte é a expressão, manifestação de formas de ver e ser no mundo; a cultura é o conjunto de valores, crenças, hábitos que nos socializam na vida em grupo. Tanto a arte como a cultura podem ser instrumentos de uma ideologia e tornarem-se culturalismo. O artista deve preservar-se para não se tornar instrumento do culturalismo, assim como o gestor dos bens e serviços de cultura deve ser cuidadoso com sua capacidade de intervenção sobre o aspecto cultural. Esse cuidado pode ser tratado em uma política de cultura explícita e transparente.

Uma política de cultura como um conjunto de princípios e diretrizes pode ser considerada como orientações para o fazer cultura e para o trabalhador da cultura. Tais princípios e diretrizes têm uma intencionalidade que deve ser estabelecida de forma transparente, para evitar que o cotidiano modele uma política e favoreça intenções do culturalismo e não da cultura como criação e como arte.

A dimensão pragmática da cultura como trabalho deve ser constituída nas relações genuínas com o fazer, favorecendo o surgimento do cidadão-ator e não apenas o cidadão-espectador e consumidor de bens e serviços, assim como a cultura como trabalho do artista por meio da arte deve ter a liberdade da expressão da vida, individual e coletiva. A dimensão subjetiva da cultura como trabalho está relacionada ao processo de identificação do sujeito pelo trabalho. Antes de discorrer sobre a relação entre o processo de identificação e o trabalho, é necessário compreender qual significado de trabalho está sendo adotado. Como a definição do termo passa por vários matizes teóricos, optou-se iniciar pela origem histórica do uso do termo.

O percurso histórico sobre o significado do trabalho inicia-se na Grécia antiga, onde o trabalho só era exercido por pessoas desqualificadas socialmente, como escravos, guerreiros, artesãos, comerciantes e mulheres. Era considerado trabalho o conjunto de atividades que exigiam esforços físicos e cumprimento de rotinas. Nessa época, podemos dizer que o trabalho tinha um sentido negativo que pode ser encontrado na origem da palavra (etimologia) trabalho. A palavra “trabalho” vem da palavra latina *tripallium*, que originalmente é um instrumento de tortura formado de três paus. Dessa forma, o trabalho estaria associado ao sofrimento, à tortura, à imobilidade e à condenação.

Na Roma antiga, que tem o seu berço cultural na Grécia, o significado do trabalho também era associado às classes sociais que o exerciam. Mas com o surgimento e a consolidação do cristianismo, passa a ter, também, um sentido religioso. Para alguns historiadores, o significado religioso do trabalho nessa época foi atribuído pelos cristãos, que o entendiam como sacrifício que levava à purificação da alma.

Essa concepção tem origem na interpretação da

Bíblia no episódio em que Deus condena Adão à expulsão do Paraíso e ao trabalho. Sendo assim, trabalhar significava redimir-se dos pecados, e, ao morrer, a pessoa purificada pelo trabalho passava a merecer o Paraíso ou o não-trabalho – o trabalho em contraposição ao Paraíso.

Há aqueles que interpretam a Bíblia considerando que sua linguagem é mito-poética e simbólica. Quando ela fala da dureza do trabalho, está se referindo à dureza de se ter de se fazer, de se ter de se constituir dia a dia, numa relação de sobrevivência com um só sentido material e espiritual, simultaneamente. A imagem da dureza pode ser interpretada como sendo o incômodo de ser livre, ou seja, de poder ultrapassar uma legalidade que nos coloca no cerne da natureza – como Adão ao comer a maçã proibida e pagar o preço incômodo de ser livre, de ser responsável pelas escolhas, de se transformar diante das conseqüências das escolhas, de se descobrir o seu ser ao mesmo tempo em que busca ter.

Por essa vertente de interpretação, o sentido bíblico não é, necessariamente, negativo. Esse sentido está ligado à palavra *labor*, também originária do latim, e refere-se às atividades agrícolas, à lavoura, à laboração no campo. Trabalhar significa cultivar. Então, trabalhar, como cultivar, é uma palavra que nos remete diretamente ao sentido da palavra cultura. Cultivar é fazer cultura. A cultura é cultivada, é fruto de um processo de enriquecimento, de um processo de transformação, elaboração e de atribuição de significados. Sendo assim, trabalhar é também ser e não apenas ter, na lógica da remuneração e do consumismo. Afinal de contas, o que de fato significa “ser” por meio do trabalho? Para a responder a essa questão, iremos remontar ao momento no qual o homem passa a se diferenciar de forma significativa em seu processo evolutivo. Esse momento, que é denominado como o

“elo perdido”, tem várias versões, mas uma só, em especial, interessa-nos neste momento. É a versão que atribui o salto na evolução, quando o homem começa a refletir sobre a dinâmica da natureza, produzindo um pensamento divergente, diferente, que o permitiu criar. Ou melhor, diante da observação da natureza, o homem começou a pensar como poderia modificar determinadas condições físicas e materiais para proporcionar-lhe melhor condição de sobrevivência. Essa reflexão criadora permitiu-lhe forjar as ferramentas, domesticar animais, plantar, e outras grandes descobertas que resultaram na nossa humanidade. Essa versão nos permite afirmar que o pensamento divergente ou a capacidade criadora é inerente à natureza humana. É como se o homem diante do mundo não pudesse se conter e permanentemente estaria refletindo, criando, forjando, inicialmente, com as suas mãos, sua própria história. Por essa razão, o trabalho humano é considerado como processo criativo.

Simultaneamente com o processo criativo, o homem desenvolveu uma habilidade importantíssima para que esse processo se tornasse cumulativo, a linguagem. As transformações na natureza resultantes da criação humana foram significadas por meio do reconhecimento do próprio homem no resultado de seu trabalho e no reconhecimento dos outros. O reconhecimento que atribui sentido à criação possibilitou o surgimento da linguagem ou linguagens – da representação dos significados – sistemas simbólicos. A(s) linguagem(ns) proporciona(m) a memória, e ambas possibilitam a transmissão do conhecimento, constituindo com isso um processo cumulativo, evolutivo e construtivo.

Conforme Viegas, a memória está intimamente associada à dimensão do trabalho e ao processo de aprendizado, que é intrínseco ao processo

de criação. Sendo assim, ao trabalhar criamos. Surpreende-nos a cada momento, a cada momento temos de nos reconhecer, a cada momento somos obrigados a reavaliar todos os momentos anteriores. É a memória que estabelece todas as conexões necessárias em um vínculo indelével, indestrutível com tudo que fomos.

Se nos repetimos, saímos fora da temporalidade interna da nossa consciência, ficamos subjugados à temporalidade externa dos acontecimentos. Então, não há por que tenhamos memória, basta que nós registremos as coisas no calendário, na agenda e ponto final, acrescenta Viegas. A memória tem uma dimensão importantíssima, porque é a partir dela, da possibilidade de resgatar, de reinventar as coisas, de reavaliar os acontecimentos e de compreender o passado infinitas vezes, que podemos produzir uma vida interior, única e subjetiva. Essa vida interior é que denominamos de ser, e é o trabalho como criação que proporciona a construção desse ser. Por essa razão, a cultura como trabalho é um importante elemento da subjetivação humana.

TRANSMISSÃO CULTURAL

Quando o ser humano distinguiu-se dos animais, nasceu a cultura, e com ela a linguagem, as formas de comunicação humana. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve de aprender, de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, a educação esteve sempre ligada ao processo de construção e transmissão de cultura. Os rituais foram as primeiras formas de transmissão de valores, conhecimentos e percepções da vida e do universo circundante.

Por meio da religião, sacerdotes, magos e profetas passaram a transmitir para as gerações seguintes a forma de entender o mundo e de estabelecer um diálogo com o sagrado. E esse universo simbólico



reunia um conjunto de linguagens que passou a ser acionado. A transmissão oral até hoje é um dos canais de expressão que mais caracterizam o humano. A criação de fábulas e a contação de histórias foram as estratégias de fixação da memória. O homem primitivo logo desenvolveu a linguagem gestual e corporal para tentar dar conta da realidade; a mimese, simples imitação da vida real, teve um papel importante nos rituais, com máscaras e peles de animais: nasce a mímica, o teatro e a dança. Tudo vira significado, tudo é busca de expressividade: os paramentos dos sacerdotes, a ornamentação especial com toalhas e flores, a edificação de templos com a interferência da arquitetura, o canto, os instrumentos musicais, o papel da música e da culinária.

Com a descoberta da escrita e a utilização do pergaminho, a história ganha um lugar na trajetória humana, ao possibilitar que o discurso tivesse uma genealogia e se perpetuasse no tempo. A escultura, a pintura, o artesanato, as artes plásticas em geral passam a ser códigos fundamentais da transmissão cultural através dos tempos. Uma característica fundamental do século passado, no tocante à maioria das manifestações artísticas, foi a possibilidade de sua reprodução em série: primeiro, veio a fotografia; depois, o filme cinematográfico; em seguida, o vídeo. A própria literatura teve o processo de produção extremamente acelerado e aperfeiçoado.

Com o advento da sociedade tecnológica, a família, a escola e os meios de comunicação de massa passam a ser os núcleos fundamentais de transmissão de uma cultura cada vez mais dinâmica, plural e globalizada.

TURISMO

Segundo Moesch, o turismo é uma prática social, ou melhor, um campo de práticas histórico-

sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, de subjetividades e, portanto, explicitadores de uma nova estética em busca do prazer. Para Keller, diretor-geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), é um fenômeno seguidamente mal-entendido, pois ele não é uma indústria, uma vez que não proporciona transferência de bens e serviços, que seriam produzidos atrás de alguns muros das empresas. O turismo se focaliza sobre os seres humanos que visitam um destino em função de um ou vários atrativos. Isso permite que encontrem outros seres humanos que ali vivem e fornecem os bens e serviços exigidos pelos turistas. Os empregadores e empregados trazem uma contribuição essencial à vida turística, mas não podemos entender os recursos sociais, culturais e naturais de uma localidade como mercadorias, e sim como relações humanas.

O turismo deve ser entendido, assim como todas as outras atividades do lazer, como um direito de todos os cidadãos. Uma vez que também é considerado um de seus conteúdos culturais, torna-se, entre os outros, o principal fenômeno capaz de potencializar as atividades do lazer com fins explícitos.

XENOFOBIA

A xenofobia é uma aversão aos estrangeiros e tudo o que vem de outros países. Ao contrário do sujeito preconceituoso, que não quer assumir que o é, o xenófobo não faz questão nenhuma de esconder seus preconceitos e, quase sempre, demonstra-os de forma irônica, podendo, até mesmo, ser causa de grandes conflitos (Gonçalves e Lopes).

- AGENDA 21, 1992. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>.
- ALMEIDA, Elvira de. **Arte lúdica**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- ALVES, Vânia F. Noronha. Uma leitura antropológica sobre a Educação Física e o Lazer. In: WERNECK, Christiane L. G. e ISAYAMA, Helder F. (orgs.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 83-114. 2003.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BATAILLE, Georges. **Teoria da religião**. São Paulo: Ática, 1993.
- BETTI, Mauro. **A janela de vidro**: esporte, televisão e educação física. Campinas: Papirus, 1998.
- BOAL, Augusto. Os três caminhos da cultura. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 dez. 2002. Opinião.
- BORGES PEREIRA, João Batista. A linguagem do corpo na sociedade brasileira: do ético ao estético. In: QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **O corpo do brasileiro**. São Paulo: SENAC, p. 69-94. 2000.
- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Tecnoprint, 1988.
- BRUHNS, Heloisa Turini. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papirus, 1993.
- CALLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARVALHO, Yara Maria de. Atividade física e saúde; onde está e quem é o “sujeito” da relação? In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas: CBCE/Autores Associados, v. 22, n. 2, p. 9-21, jan. 2001.
- _____. **O “mito” da atividade física e saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Mayer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 617p., v. 1, 2000.
- _____. **Fim de milênio**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Mayer. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 2000.
- _____. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 2.
- CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou cultivar. **Revista Teoria e Debate**. n. 8, p. 50-56, 1989.
- DAMATTA, Roberto. A mensagem das festas: reflexões em torno do sistema ritual e da identidade brasileira. In: **Sexta-feira**: antropologia, artes e humanidades. São Paulo: Pletora. v.2. a.2, p-62-81, 1998.
- _____. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

- DEBERT, Guida Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n.34, p. 39-56, jun. 1997.
- DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Éditions du Senil/Instituto Piaget, 1994.
- DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ECO, Humberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Trad. Beatriz Borges. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. v. 7, 1986.
- ENNE, Ana Lucia S. Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa. In: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004. **Anais**, Florianópolis, 2004.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Trad. Júlio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Odair. **O psiquismo e a subjetividade social**. In: BOCK, Ana M.; GONÇALVES, M. Graça M. e FURTADO, Odair (orgs). **Psicologia socio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 75-93.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem moderna**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 264p.
- _____. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 4. ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- _____. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. 5. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GUIMARÃES, Alba Z. **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- GUIMARÃES, Marcelo Pinto. Acessibilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, Belo Horizonte, PUC-Minas, 2001, p. 117-122. **Anais**, Minas Gerais, 2001.
- HALL, Stuart; SOVIK, Liv; NOGUEIRA, Adelaine La Guardia. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KELLER, Peter. **O impacto sociocultural do turismo: empregos atraentes e meio ambiente garantindo a qualidade de vida**. Palestra proferida no 3º Fórum Internacional dos Parlamentos e dos Poderes Locais (OMT/UIP). Rio de Janeiro, 16 de maio de 2000. Rio de Janeiro, 2000.
- KOOGAN/HOUAISS. **Enciclopédia e dicionário: ilustrado**. Rio de Janeiro: Edições Delta. 1971.
- KUNZ, Elenor. **As transformações didático-pedagógicas do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.
- KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 39-46.

- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LEROI-GURHAN, André. **O gesto e a palavra: técnica e linguagem**. Trad. Emanuel Godinho. São Paulo: Edições 70. 1965.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução. A obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP. 1974. 241p.
- _____. **O pensamento selvagem**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 331p.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOLLNER, Silvana V. (orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade, um debate contemporâneo da educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 232p.
- MARCELLINO, Nelson C. A formação e o desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Para atuação em políticas públicas. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 9-19.
- _____. **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- MAUSS, Marcel. Noção de técnica corporal. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 211-221.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.
- _____. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Educação: juventude e contemporaneidade**. São Paulo, ANPEd, n. 5, maio/jun./jul./ago./1997 e n. 6, set./out./nov./dez./1997, p. 5-14.
- MOESCH, Marutschka. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 19-30.
- MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora F. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45-58.
- NAHAS, Markus V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.
- OLIVEIRA, Bernardo J. Antropologia e educação. In: SALGADO, M. Umbelina C.; MIRANDA, Glaura V. (orgs.). **Vereadas: formação Superior de Professores. Módulo I – v. 1, 2, 3**. Belo Horizonte 2002.
- OLIVEIRA, Paulo S. **Brinquedo e indústria cultural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- ONU. **Declaração dos direitos universais do homem**. Genebra, Assembléia Geral da ONU, 10 dez. 1948. Impresso.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PADILHA, Valquíria. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades globalizadas. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine P. (orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 109-132.
- PEREZ, Léa F. **Por uma antropologia da festa**. Belo Horizonte. (mimeo)
- PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, Jose Carlos. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Magistério 2º GRAU, Série Formação do Professor).

- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Educação Física: dos jogos e do prazer. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, a. 1, n. 4, p. 42-53, jul./ago./1995.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer: concepções e significados. **Revista Licere**, CELAR/UFMG, Belo Horizonte, a. 1, n. 1, p. 18-27, 1998.
- _____. **Recreação/lazer e a educação física**: a manobra da autenticidade do jogo. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1992. 127p. (Dissertação de Mestrado)
- _____. Uma leitura do pensamento de Paulo Freire sobre recreação/lazer. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 85-90, jul. 1993.
- PIRES, Giovani de Lorenzi. **A educação física e o discurso midiático**: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação: subsídios para a saúde? Campinas: faculdade de Educação Física, 2000. 231 p. (Doutorado em Educação Física).
- QUEIRÓS, Ilse L. von Borstel G. de. Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, PR: uma “tradição inventada” no Lazer. In: **Coletânea do 11º Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Cascavel: Assoesste, p. 170-177, 1999.
- QUEIROZ, Renato da Silva; OTTA, Emma. A beleza em foco: condicionantes culturais e psicobiológicos na definição da estética corporal. In: QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **O corpo do brasileiro**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 15-65.
- REVISTA GALILEU. Dossiê: o poder dos mitos. mar 2004. n. 152. p. 41-52.
- ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROSA, Maria Cristina. Corpo turístico: em busca do elemento lúdico. In: **Licere**. Belo Horizonte.v.2.n.1.p.118-131.
- SANTAELLA, Lúcia. Palavra, imagem e enigmas. **Revista USP**.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 65p.
- SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SÉRGIO, Manoel. **Motricidade humana**: uma nova ciência do homem. Lisboa, n. 24, 1986. (Coleção desporto e sociedade)
- SILVA, Maurício Roberto da. **O assalto à infância no mundo amargo da cana de açúcar**: onde está o lazer? O gato comeu!!!!???. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado em Educação).
- SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!**: a história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). Campinas: Unicamp, 1994. (Tese de Doutorado em Educação)
- VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 115p.
- VIEGAS, Sônia. **Trabalho e vida**. Transcrição de palestra ministrada em Belo Horizonte, 1986. Belo Horizonte, 1986.
- WLRA. Associação Mundial de Recreação e Lazer. **Carta internacional de Lazer**. Brasília: SESI/DN, 1995. 31p. Documento.
- WLRA. Carta de lazer da Associação Mundial de Recreação e Lazer. In: CONGRESSO MUNDIAL DE LAZER, 5, São Paulo, Brasil, out. 1998. Documento.
- ZINGONI, Patricia. **Lazer como ação socioeducativa para cidadania**. Belo Horizonte: Universidade São Marcos, 2001. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SESI/DN
Unidade de Cultura, Esporte e Lazer – UCEL

Eloir Edílson Simm
Gerente-executivo

Cláudia Martins Ramalho
Gerente de Projetos

Equipe Técnica DN

Sandra Maria Gomez
Analista de Negócios Sociais

Maria Lucinaide Pinheiro Nogueira
Analista de Negócios Sociais

Equipe Técnica DRs – Grupo Consultivo de Cultura

Célio Deffendi – Departamento Regional de São Paulo
Cristina Nunes – Departamento Regional de Minas Gerais
Fernando Matos – Departamento Regional do Pará
Maria Angélica Ribeiro Santos – Departamento Regional da Bahia
Rogério Carnasciali – Departamento Regional do Rio de Janeiro
Sérgio Luiz Viana – Departamento Regional do Rio Grande do Sul

Coordenação
Eustáquia Salvadora de Sousa

Elaboração
Carla Andréa Ribeiro
Cláudia Martins Ramalho
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Rodolfo Cascão
Vânia Noronha

Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Fernando Ouriques
Normalização

Revisão Gramatical
Roberto Azul

Projeto gráfico, diagramação, revisão e arte-final:
Informação Comunicação Empresarial

CNI
SESI
SENAT
IEL

== **SESI** ==

